

COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR À  
ACTUAÇÃO DO GOVERNO EM RELAÇÃO À FUNDAÇÃO PARA AS  
COMUNICAÇÕES MÓVEIS

31 DE MARÇO DE 2010

18.<sup>a</sup> REUNIÃO

ORDEM DE TRABALHOS:

*AUDIÇÃO DO SR. JORGE COUTO, PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
DA JP SÁ COUTO.*

O Sr. **Presidente** (Miguel Macedo)

**Oradores:**

Jorge Costa (PSD)

Ramos Preto (PS)

Hélder Amaral (CDS-PP)

Bruno Dias (PCP)

Pedro Filipe Soares (BE)

O Sr. **Presidente** (Miguel Macedo): — Srs. Deputados, temos quórum de funcionamento, pelo que vamos dar início aos trabalhos da Comissão.

*Eram 10 horas e 11 minutos.*

Srs. Deputados, antes de mais, informo a Comissão de que o Sr. Presidente da PT me fez chegar hoje, com solicitação de confidencialidade, alguns dos dados que ficaram pendentes da sua audição, pelo que vamos adoptar o procedimento que tínhamos aqui previsto para este efeito, ou seja, os elementos ficam depositados nos serviços para consulta pelos Srs. Deputados com aquele registo que acertámos que se faria em relação a estes dados.

A segunda nota é em relação à audição da Intel, que se realizará na próxima terça-feira. Nós tínhamos solicitado ou, melhor, a Comissão tinha deliberado ouvir o Sr. Nuno Martins. Por indicação da Intel, que fez ontem chegar à Comissão, o responsável da Intel para Espanha e Portugal é o Sr. Brian Gonzalez, que virá à Comissão acompanhado pelo Sr. Nuno Martins, que nós tínhamos solicitado como responsável, que supúnhamos, máximo da Intel em Portugal. Compulsados os documentos que temos na Comissão, verifica-se que esta informação é absolutamente rigorosa: quem assina o memorando de entendimento é, de facto, o Sr. Brian Gonzalez, embora nesse memorando esteja indicado que o Sr. Nuno Martins é a pessoa de ligação entre a Intel e o programa que estamos aqui a apreciar.

Nestes termos, os serviços vão providenciar uma cabine de tradução, uma vez que o Sr. Brian Gonzalez só fala inglês, e vamos ver se podemos fazer a reunião nesta sala ou se temos de fazê-la noutra sala. De qualquer forma, a Comissão fica informada e fica registada em acta esta alteração, digamos assim, em relação à audição da Intel.

Julgo que já temos à espera o depoente desta reunião, a quem vou buscar.

*Pausa.*

Gostaria de começar por cumprimentar o Sr. Jorge Couto, Presidente do Conselho de Administração da JP Sá Couto, dar-lhe as boas-vindas a esta Comissão, agradecer-lhe a disponibilidade para aqui estar e dizer-lhe que estamos numa Comissão de Inquérito, que, como deve saber, tem um enquadramento especial que está previsto na lei. Assim sendo, o depoimento aqui feito é feito sob juramento e, no que é relevante, acompanhamos de perto aquilo que são as exigências próprias do processo em tribunal, sem nenhuma particularidade.

Uma vez que o Sr. Jorge Couto já me disse que prescinde de fazer uma intervenção inicial, vamos passar de imediato às questões dos Srs. Deputados, sendo o primeiro a colocar essas questões o Sr. Deputado Jorge Costa, a quem dou a palavra.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Bom dia e muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero também agradecer a presença do Presidente do Conselho de Administração da JP Sá Couto. Aliás, pensei que vinha com o seu irmão, porque tanto quanto sabemos o seu irmão tinha alguma intervenção em todo este processo, mas, para nós, o importante é termos as respostas às questões.

Desde já, é bom que fique claro que nada, nem ninguém nos move contra a JP Sá Couto ou contra o *Magalhães*. Queremos apenas reconstruir o processo.

A JP Sá Couto fez o seu papel comercial de tentar garantir encomendas e alcançar o sucesso para um produto que fabricava, sobretudo o *Magalhães*, porque é dele que estamos, basicamente, a falar. Fez o seu papel, nós percebemos isso e louvamos, inclusive, esse papel, mas é preciso reconstruir todo o processo, na medida em que isto envolve dinheiros públicos, envolve entidades públicas e daí as questões que nós temos aqui para lhe colocar.

E a primeira pergunta que lhe coloco é a de saber se se lembra em que data é que foi à Coreia e quando é que conheceu o sócio da Prológica. É porque, de acordo com audição que fizemos aqui ontem com a Prológica/Youtsu, esse é um dado determinante para a constituição do consórcio Youtsu, ACE, e que depois aparece em todo este processo. E por isso para nós é importante perceber como é que o ACE se forma, qual é a génese disto, até porque, na nossa opinião, já tivemos a oportunidade de o dizer aqui ontem, este é um ACE contra natura — não é normal que uma empresa se alie com um dos seus clientes, na medida em que isso prejudica o seu próprio mercado.

E qual é o papel desempenhado, sobretudo na primeira fase em que não há *Magalhães*, pela JP Sá Couto neste consórcio. A JP Sá Couto não fabrica o *Toshiba*, que foi o computador que acabou por ser vendido no programa e-escola; sabemos que propuseram o *Toshiba* e o *Tsunami*, o *Tsunami* não foi aceite, foi o *Toshiba*. Por isso, repito a pergunta, qual foi o papel desempenhado pela JP Sá Couto nesta primeira fase?

Passado o Programa e-escola, concentremo-nos no programa *Magalhães*. Sabemos que tiveram a ideia do *Magalhães* algures nos finais de 2007, inícios de 2008, segundo o que aqui nos foi informado ontem. Por isso, pedimos que confirmasse como é que surge esta ideia do *Magalhães*, como é que é apresentada ao Governo, com quem falaram no Governo. É porque nós sabemos que, depois da ideia, isto teve sucesso, deu origem a

um investimento com algum significado, e é normal que ninguém se meta num investimento desta dimensão sem ponderar o sucesso, sem procurar potenciais clientes, sem auscultar o mercado. E por isso percebemos perfeitamente que esses contactos se tenham desenrolado. Queremos saber é quando, onde, com quem falaram para concretizar este processo junto do Governo e das instituições que o representavam.

Sabemos que falaram com a Intel, que falaram com os chineses da ECS... E, a propósito da Intel, pergunto-lhe: qual é o contrato que têm com a Intel? E quanto é que isto representa em termos de investimento? A Intel, de acordo com os protocolos aos quais tivemos acesso, tinha-se comprometido a ceder a uma empresa portuguesa os direitos de produção e imaginamos que isto tenha um valor, significativo, determinante para o sucesso do investimento e por isso lhe perguntamos o que é que está aqui envolvido, até porque também anunciaram na altura a construção de uma fábrica em parceria com a Intel — depois a Intel veio dizer que afinal não tinha parceria nenhuma — e que tinham até já de encomendas de 4 milhões de computadores. Portanto, a pergunta que faço é esta: de quem é que tinham estas encomendas? Quem trouxe, de facto, a Intel para o processo? Como é que a Intel aparece aqui? Foram os senhores que trouxeram a Intel? Foi a Intel que tomou a iniciativa de vir cá? Quem é que os trouxe para Portugal?

Este anúncio do investimento para nós também é relevante porque envolve o Presidente da Câmara Municipal de Matosinhos. É o Presidente da Câmara Municipal de Matosinhos, ele mesmo, que anuncia o local, algures no Freixierio junto ao actual IKEA, que anuncia as datas, numa entrevista que dá aos jornais — a conclusão para o final de 2008, portanto terá falado convosco ou os senhores com ele —, que anuncia a data de arranque, algures no início de 2009. E, de duas, uma, ou isto é publicidade enganosa ou, então, não se veio a concretizar por alguma razão. Por isso,

faço a pergunta porque esta relação com o Presidente da Câmara Municipal de Matosinhos também é determinante, do nosso ponto de vista, para o processo.

Pergunto-lhe, inclusive, se foi o Presidente da Câmara Municipal de Matosinhos que os levou ao Governo ou que encetou algum contacto com o Governo relativamente a este processo.

E depois pergunto-lhe também como é que surge a ideia da cerimónia de lançamento público a 30 de Julho de 2008? Foi uma cerimónia importante, esteve lá o Primeiro-Ministro, estiveram lá três Ministros, estiveram vários Secretários de Estado e foram assinados vários protocolos e vários memorandos nessa reunião. Nós não acreditamos que os senhores tenham pago apenas para ver.

Ontem foi aqui dada a informação de que quem pagou a cerimónia foi a Youtsu, consórcio do qual os senhores fazem parte, parece-me que a 50%. Por isso, dizia eu, não acreditamos que tenham pago só para ver, é natural que também tenham tido um papel importante na organização desta cerimónia, até porque o protocolo com a Intel assinado nesse dia é um protocolo que já fala da iniciativa Magalhães — o Ministério das Obras Públicas designa a «iniciativa Magalhães como um novo esforço para a implementação da tecnologia na educação em Portugal».

Curiosamente, o nome «Magalhães», tanto quanto soubemos aqui, ontem também, tinha sido registado pelos senhores, era propriedade vossa, e por isso é muito estranho que esta iniciativa se chame Magalhães e não se chame outra coisa qualquer, e que tenha, de facto, aqui o nome de uma iniciativa, nome já tinha sido registado pela Youtsu.

Até porque o Ministério e a Intel — diz este memorando de entendimento — pretendem chegar a acordo sobre um esforço de colaboração para implementar a iniciativa Magalhães. Portanto, ao longo de todo o protocolo estabelecem aqui uma relação de colaboração e depois

dizem, a determinada altura, que é obrigação das partes estimular o desenvolvimento de empresas empreendedoras portuguesas que envolvam tecnologias que possam incluir vendas, serviços locais, fabricação, e que prosperem através do fornecimento de produtos e serviços tecnológicos de outros países. Esta empresa é a JP Sá Couto, não há mais nenhuma empresa. Portanto, este memorando de entendimento encaixa-se perfeitamente no papel que veio a ser desempenhado pela JP Sá Couto.

E por isso perguntava há pouco como é que apareceu a Intel e como é que isto tudo foi tratado. No caso da cerimónia: quem é que desenvolveu os contactos, com quem reuniram? É porque, como eu dizia há pouco, não acredito que só tenham pago para ver. É evidente que houve reuniões no sentido de combinar o seu desenvolvimento e os protocolos que vieram ali a ser assinados.

A seguir à cerimónia, a JP Sá Couto começou logo a produzir computadores. A cerimónia foi em Julho, a 31 de Julho; a Fundação das Comunicações Móveis cria-se a 11 de Setembro; no dia 15 de Setembro, já o soubemos aqui, as características dos computadores chegam aos operadores; e no dia 23 de Setembro é feita a primeira distribuição. Portanto, percebemos que tenham, desde logo, iniciado a produção de computadores.

Só que o Governo, nessa altura, e os operadores ainda não tinham decidido como é que esta aquisição seria feita, se se compraria através de uma fundação ou usando operadores como intermediários... Também pergunto que notícias é que tem sobre isto. Como é que foi comunicado à JP Sá Couto o modelo que o Governo ia seguir para proceder à aquisição de computadores? Como é que foi comunicado se o ia fazer directamente, se o ia fazer através de uma entidade como a Fundação ou através de um fundo, que era o que estava constituído na altura?

É porque, também já soubemos aqui, os operadores de telecomunicações, as três empresas funcionaram aqui apenas como intermediárias: elas recebiam da Fundação e pagavam aos fornecedores, sendo que as características estavam previamente determinadas.

Por falar em características, nós também já vimos aqui, percebia-se, no âmbito da vossa actividade comercial, que era necessário assegurar que as características dos computadores que viessem a ser adquiridos se encaixassem nas do *Magalhães*, senão tudo isto iria por água abaixo. O investimento, os anúncios, os contactos que tinham feito com os chineses, com a Intel, etc., iria tudo por água abaixo se depois, no fim, quando viesse o processo de aquisição, isto não encaixasse. Ou seja, alguém tinha de passar as características do *Magalhães*, do *Classmate*, para o papel. Do *Magalhães* tinham de passá-las para o papel e depois anexar aos contratos dos operadores para eles seguirem à risca o que estava ali, porque senão os operadores eventualmente poderiam comprar outro tipo de computadores, como aconteceu no Programa e-escola, em que compraram computadores a várias empresas. Neste caso, só compraram a dois fornecedores, sendo que os dois fornecedores vendem o mesmo computador, fabricado pela JP Sá Couto.

Ou seja, dizia eu, alguém tinha de passar isto para o papel, alguém tinha de fazer o «fato à medida», porque, senão, eles poderiam comprar outros computadores a outros fornecedores.

O Sr. **Presidente**: — Está no limite do tempo, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Terminou já, Sr. Presidente.

Pergunto: quem é que foi o «alfaiate» ou o «mestre de costura» que, de facto, fez esta transposição? E, depois, no «fato» também tinha de encaixar o modelo dos sapatos, senão este processo não tinha pernas para

andar. Por isso é que percebemos que, se fosse por concurso público, a JP Sá Couto, eventualmente, não poderia concorrer. São da época notícias sobre as dificuldades que a JP Sá Couto tinha com o fisco. Nós sabemos que, para concorrer a um concurso público, é necessário ter a certidão da segurança social, ter a certidão do fisco em dia e são públicas dessa época as dificuldades da JP Sá Couto com o fisco. Por isso, percebe-se que, se fosse por concurso público, a JP Sá Couto não poderia concorrer e aparece aqui o modelo da Fundação.

Pergunto: quem é que tratou disto e desde quando é que conhece o Dr. Mário Franco? Os seus contactos com o Dr. Mário Franco vêm desde quando? Quando é que o conhece?

Finalmente, percebe-se que, tendo o Governo decidido comprar isto através de uma fundação e utilizando os operadores como meios intermediários, todo este processo é um processo que depois tem repercussão pública, internacional. Em Julho, o Eng.º Mário Lino apresenta o *Magalhães* a Hugo Chávez; no dia 27 de Setembro, Hugo Chávez vem a Lisboa e assina contratos para 1 milhão de computadores. Gostava de saber como é que estão também estes contratos...

O Sr. **Presidente**: — Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Vou já terminar, Sr. Presidente.

Depois, no fim de Outubro de 2008, no final da Cimeira Ibero-Americana, são também oferecidos 22 computadores. Ou seja, todo este empenho do Governo, todo este empenho das entidades oficiais no sucesso do *Magalhães* faz perceber que, de facto, só fazia sentido se tivesse por detrás este tipo de contratos. Só que não havia contratos, os contratos aparecem só em Maio de 2009. Gostávamos de perceber como é que se desenvolveu todo este processo.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Jorge Couto.

O Sr. **Jorge Couto** (Presidente do Conselho de Administração da JP Sá Couto): — Antes de mais muito bom dia.

Para mim, é um prazer estar aqui para esclarecer todas dúvidas que tenham.

Relativamente às perguntas efectuadas pelo Sr. Deputado, eu gostaria de fazer, primeiro, uma pequena observação. Realmente, o meu irmão não está cá, porque não foi pedido para ele estar cá. Se pedirem obviamente que ele virá. Penso que não é normal pedirem para duas pessoas estarem a depor ao mesmo tempo, mas, se tivessem pedido, tínhamos vindo, com todo o prazer, os dois ao mesmo tempo.

Elenquei aqui realmente uma série de questões baseadas naquilo que penso que é uma teoria do Sr. Deputado. A minha ideia é explicar realmente aquilo que aconteceu para passarmos da teoria àquilo que realmente aconteceu.

Quanto à primeira pergunta, que tem a ver com a viagem à Coreia, realmente nós fomos convidados para ir à Coreia pela Samsung, a uns eventos que eles fazem de vez em quando e levam os distribuidores e parceiros preferenciais a visitar as suas fábricas. Já não me recordo bem, mas penso que foi em Maio, Junho de 2007, não me recordo, e foi aí que tivemos o prazer de conhecer um dos sócios da Prológica, nomeadamente, o Sr. João Pinto e Sousa. Foi aí que tomámos o primeiro conhecimento com um dos administradores da Prológica.

Mais tarde, ele apresentou-nos, então, os outros administradores, são mais dois — estamos a falar do Prof. Luís Cabrita e da Dr.<sup>a</sup> Anne Geubelle —, e leva-me então aqui à questão da ACE, que, segundo o que o Sr.

Deputado refere, é contra natura. Acho que construímos uma ACE quando vemos que há uma determinada empresa que uma valência e outra tem outra e estas duas valências conseguem criar uma mais-valia. E foi isso que fizemos, independente de tudo.

A Prológica nem nosso cliente é, mas isso não se põe em causa. Uma ACE é para criar a junção de uma ou mais empresas para poder concorrer a um determinado projecto. Sendo assim não vejo onde é que está o contra natura. Conheço muitas ACE e não sei. É a única coisa que eu posso dizer.

Relativamente ao papel da JP Sá Couto com o e-escola, devo dizer que ele tem a ver...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — O papel da JP Sá Couto no ACE no período do e-escola.

O Sr. **Jorge Couto**: — Sim, pronto. O ACE está constituído entre a Prológica e a JP Sá Couto e o nosso trabalho na JP Sá Couto era essencialmente conseguir preparar as máquinas, os computadores para os diferentes operadores. Isto por uma razão muito simples: porque os computadores, quando vinham, vinham todos iguais. Era preciso personalizá-los, cada um deles, para cada um dos operadores. E quando eu falo de personalizar estou a dizer que é fazer uma imagem nova. Por isso, temos um departamento de concepção que faz imagens para muitas marcas e tínhamos de fazer uma imagem para a TMN, com o símbolo da TMN, outra para a Vodafone, como símbolo da Vodafone. Este era o nosso papel principal. Tivemos também um papel importante na altura, porque era a JP Sá Couto que tinha a capacidade financeira para poder comprar os computadores *Toshiba*. As condições da *Toshiba* eram realmente muito exigentes, obrigavam a que fizéssemos o esforço de pagar sem ver a mercadoria, só depois é que a víamos, porque eles só libertavam a

mercadoria mediante o pagamento. A Prológica nessa altura não tinha condições para isso, a ACE muito menos, porque tinha sido formada nessa altura e por isso nós acedemos a fazer esse papel. Penso que, relativamente à segunda pergunta, está resolvido.

A terceira a pergunta é sobre como surge o *Magalhães*, é uma pergunta que vai demorar um bocadinho mais de tempo a responder, porque vou ter de fazer um enquadramento geral de como é que isto tudo surgiu. E isso vai remeter-me para aquilo que nós já fazíamos anteriormente.

A JP Sá Couto era uma empresa que já produzia computadores desde 1994. E, se se recordam, em 1994, os computadores não eram *notebooks*, eram *desktops*, e nós tínhamos intervenção na escolha dos diferentes componentes, testá-los, validá-los e fazer a nossa marca e pô-la no mercado. O que aconteceu foi que com a evolução dos equipamentos começaram a entrar o que nós designamos normalmente por *notebooks*. E com os *notebooks*, que nós também começámos a produzir em 2002, para nós e para todas as empresas locais foi aquilo que eu chamo uma coisa um pouco complicada. Porquê? Porque o computador era feito na China, por isso nós já não tínhamos aquela intervenção de poder escolher tudo aquilo que queríamos, havia uma base que já nos era apresentada na China e a nossa intervenção era muito menor. Se a nossa intervenção era muito menor, tínhamos muito menos intervenção no produto e não podíamos fazer os produtos que nós queríamos. E daí ter surgido a ideia... Se nós estamos a ficar cada vez com menos poder e qualquer dia fazemos como todos os outros que é, OK, eu quero um computador «XPTO», mando fazê-lo na China, eles que lhe ponham as etiquetas que eu vendo. Aliás, não sei se sabem como é que funciona o mercado de *notebooks*, mas eu por acaso tenho aqui um documento que gostaria de mostrar para vos explicar isso. Tem a ver com o que é um ODM e o que é um OEM. Entendemos por

OEM tudo aquilo que chamamos marcas, qualquer marca é um OEM. Os ODM são aqueles que desenham e fabricam o produto para o OEM.

No nosso caso éramos um OEM local, daí chamarem-nos «local OEM». Este é um documento muito interessante para perceberem como é que funciona todo este mercado dos *notebooks*. Este é um documento que tem todos os OEM que existem (e não vou estar aqui a ser exaustivo), os maiores a nível mundial, e quem faz para esses OEM.

Só vou referir aqui, rapidamente para não vos maçar muito, quais são os principais ODM e para quem fazem. O maior ODM chama-se Quanta e a Quanta faz para a Dell, para a HP, para a Toshiba, para a Fujitsu Siemens, para a LANLook... Não quero estar a maçá-los mas está aqui um quadradinho que explica o que são os ODM e todas as marcas a que nós chamamos ODM.

O que se verifica aqui é que realmente uma marca, inclusivamente para a *Apple*... Também para desmistificar aqui que as marcas fazem tudo e mais alguma coisa. As marcas mandam fazer nos ODM e por isso gostava de deixar este documento para depois... É um documento válido e interessante até porque tem as perspectivas para 2010, como é que este mercado vai evoluir.

E isto para chegar à conclusão de quê? O que é que nós analisámos? Bem, se continuarmos neste caminho vai acontecer-nos o que aconteceu aos outros, como já aconteceu em França, em Espanha, na Europa toda. É fácil: vamos fechar! É porque se ficarmos sem uma mais-valia aqui, é tudo produzido na China, então o que é nós estamos aqui a fazer? Então, foi muito simples, nós já tínhamos relacionamentos com a ECS há bastante tempo e a ideia era: se não existe ninguém a produzir e a conceber produtos na Europa, por que é que nós, na posição geográfica onde estamos, com a aposta nas tecnologias que Portugal faz, não somos os primeiros a fazer isso? E foi este desafio que eu fui propor à ECS. É evidente que me custou

um bocadinho a explicá-lo à ECS, porque eles queriam fazer lá os computadores e eu disse: «Não, eu quero que vocês me façam lentamente a transferência da tecnologia para Portugal e, quando estiver completamente feita, eu pago-vos um fiozinho e vocês não fazem nada a ninguém.» Não é muito fácil em Taiwan explicar isto, custa-lhes um bocado a perceber, mas depois de eu lhes explicar também o que é que era importante, o que eles podiam largar, porque nós estando cá podemos ser muito mais rápidos a atacar o mercado enquanto todos os outros tinham de mandar computadores da China e para tal têm um problema grave, porque, como as margens são pequenas, não dá para mandarem o material de avião, tem de ser de barco, e de barco estamos a falar de cinco ou seis semanas, nós tínhamos ali pelo menos cinco ou seis semanas onde podíamos estar à frente dos outros. E, como são lançados produtos novos muito rapidamente, nós tínhamos sempre uma vantagem em estar à frente dos outros, o que era importante para nós.

Outra questão era a questão de querermos mesmo criar valor em Portugal. Nós sabemos que é um desafio muito grande, um desafio que nós programámos a cinco anos, mas temos conseguido bastantes vitórias relativamente a isso. Curiosamente, a ECS era na altura quem fabricava a plataforma *Classmate* para a Intel.

A Intel tinha-nos apresentado, a nós e a outros locais OEM, que cada vez são menos devido exactamente a isto, há cinco anos havia muitos locais OEM em Portugal, mas desapareceram, praticamente existem muito poucos. E a Intel tinha apresentado aos que ainda existiam aquilo que eles chamavam *reference design Classmate*.

Aliás, a Intel já tinha tido experiências desde 2005, 2006, embora não fosse aquele desenho, com um outro equipamento antes e realmente tinha investido e nunca tinha tido grande sucesso. Tinha feito algumas provas de conceito em alguns países, tinha tentado, mas não... Nós

olhámos para aquilo e dissemos: «Para nós é mais ou menos óbvio por que é que vocês não têm sucesso.» É porque estavam a começar a aparecer na altura os *netbooks*. O que era a ideia de um *netbook*? Era ter um computador muito limitado que desse simplesmente para ligar à *Internet* e trabalhar sobre a *Internet*, mas sem memória, praticamente nenhuma memória, nem disco. Por isso, era um coisa muito limitada.

Quando olhámos para aquilo, primeiro, percebemos que tinha algumas características interessantes, relativamente ao mercado para crianças — e ele pode até não ter sido construído propriamente para crianças, porque o primeiro produto foi produzido para mercados emergentes, e por isso teria de ser mais robusto em si —, e, segundo, pensámos que, com algumas adaptações que fizéssemos, poderíamos fazer um mini *notebook*, mais pequenino. É evidentemente um *notebook* limitado, mas é um *notebook* que permite à maior parte das pessoas funcionar como funcionam um normal. Se formos ver, com o que é que as pessoas trabalham normalmente? Trabalham com muito pouca coisa; 60% a 70% das pessoas trabalham sempre com a mesma coisa. E, por isso, aquilo servia para trabalhar com a maior parte das aplicações, só que tinha de ter algumas alterações. Uma das alterações que vimos logo na altura que queríamos fazer era no ecrã, que era demasiado pequeno, pelo que fomos à procura de um novo ecrã para o substituir, e arranjámos.

Outra alteração é que a Intel, na altura, utilizava o chamado *solid state disks* (SSD) de 2 GB, e fomos à procura de um disco para aquilo. Era muito complicado haver discos porque tinha de ser dos discos mais pequenos, de 1,8 polegadas, sendo que capacidade máxima que havia, na altura, era de 30 GB. Procurámos esse disco e conseguimos, então, fazer aquilo que, mais tarde, viria a dar origem ao *Magalhães*.

Sr. Deputado, não sei se fui completamente explícito relativamente ao surgimento do *Magalhães*.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Como é que a Intel entra aí?

O Sr. **Jorge Couto**: — A Intel tem aquilo a que se chama a propriedade intelectual da plataforma *Classmate*. O que é que significa? Vou dar-lhe um exemplo que é mais simples.

Posteriormente, desenvolvemos em Portugal o *Magalhães 2*. Todo o desenvolvimento feito por nós e passado à Intel não fica propriedade intelectual da JP Sá Couto mas, sim, da Intel, por acordo. Qual é a vantagem? Tem a ver com o investimento em produto, que é um investimento bastante elevado. Normalmente, para fazer um novo produto estamos a falar, no mínimo dos mínimos, em 500 000 dólares, sendo que se atribuíssemos a propriedade intelectual à Intel escusávamos de investir. Como é evidente, depois também não íamos recolher dividendos dessa propriedade intelectual, mas o que nos interessava era o desenvolvimento, independentemente de quem era a propriedade intelectual.

Foi-me perguntado como é que foi apresentado ao Governo.

Foi apresentado ao Governo em Julho, não sei se na primeira ou se na segunda semana. Não tinha a ver só com o computador, mas também com a ideia...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Refere-se a Julho de 2007?

O Sr. **Jorge Couto**: — Não, Julho de 2008.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — A cerimónia é em 30 de Julho.

O Sr. **Jorge Couto**: — Sim. Se começámos a trabalhar com a Intel no final de Dezembro de 2007 nunca podia ser em Julho de 2007.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Portanto, a cerimónia é em 30 de Julho.

O Sr. **Jorge Couto**: — A cerimónia é em 30 de Julho, penso.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Portanto, foi por essa altura que o apresentaram ao Governo, umas semanas antes?

O Sr. **Jorge Couto**: — Exactamente.

Nós não fomos apresentar um produto, fomos apresentar o nosso projecto de criação de um *original design manufacturer* (ODM) em Portugal; foi isso o que fomos apresentar. E tanto é assim que estamos, neste momento, a desenhar e a fazer outros produtos, que sairão ainda este ano e que terão oportunidade de ver.

Perguntou-me também o Sr. Deputado como é que a Intel está nisto. Obviamente, sendo propriedade intelectual da Intel, esta tem de estar presente.

Relativamente à ECS, quero dizer que isto acaba com um memorando de entendimento que tenho aqui comigo e que, se a ECS me der licença, deixo à Comissão. Há uma questão de confidencialidade, mas não me importo de o deixar à Comissão. A ECS disse que sim, pelo que o documento pode já ficar na Comissão.

Trata-se de um memorando de entendimento que tem precisamente como objectivo — é uma coisa muito simples — estabelecer um plano de trabalho entre a ECS e a JP Sá Couto tendo como propósito desenvolver em Portugal uma indústria de fabrico de computadores, cujo objectivo final é criar um fabricante original de computadores na União Europeia, ou seja, um ODM.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — De que data é esse memorando?

O Sr. **Jorge Couto**: — O memorando é de 1 de Julho e foi assinado pela pessoa responsável pela ECS, com a particularidade de ter sido testemunhado e assinado por mim dia 30 de Julho, porque essa pessoa não podia estar cá. Como poderão ver, foi uma testemunha que veio.

O Sr. **Presidente**: — 1 de Julho de 2008?

O Sr. **Jorge Couto**: — Sim, 1 de Julho de 2008. Deixo já cá este documento.

Já agora, também gostava de deixar ficar cá o nosso contrato com a Intel relativamente ao *Magalhães 1*. Relativamente a cada produto que fazemos elaboramos um contrato. Este contrato é o acordo para o PC *Magalhães*, para fabrico, distribuição e suporte do PC *Magalhães*. Este é ainda como *original equipment manufacturer* (OEM), mas temos um contrato a seguir onde já são definidas cláusulas de ODM, que é o contrato para o *Magalhães 2*.

Este contrato é de 31 de Dezembro de 2008, e isso tem uma razão muito simples: a Intel não iria dar-nos um contrato sem termos mostrado que íamos fazer alguma coisa. Na altura, quando foi mostrado o produto, qualquer pessoa poderia fazer aquilo que fizemos, era uma questão de querer, ou não, investir. Gostámos da ideia de adaptarmos o produto e investimos. Só depois disto é que a Intel disse «então, já vimos que têm *skills*, capacidades e querem fazer isto. Então, têm o vosso contratozinho».

Já agora, deixo também o contrato do novo *Magalhães*, do *Magalhães 2*, em que já somos referenciados como ODM, ou seja, para alguém fazer produto temos nós de licenciar a outro.

Situei, então, a JP Sá Couto como ODM. Isto é importante por uma razão, que posso explicar mais à frente.

O ODM é aquele que tem a propriedade do produto e o pode vender de várias formas: pode vendê-lo a terceiros, que são os OEM, em qualquer nível de integração. Pode vender produto final ou pode vender metade do produto e, depois, o OEM complementa o produto, isso é negociado entre o OEM e o ODM, para esse OEM fixar a sua ou as suas marcas. Há empresas que têm mais do que uma marca. Estou a lembrar-me, por exemplo, da Acer, que tem, neste momento, quatro marcas por estratégia de mercado e até por querer concorrer com o seu mesmo produto; o produto é o mesmo mas tem diferentes marcas. Aconteceu isso em Andaluzia, num dos concursos, em que a própria Acer concorreu com o mesmo modelo com três marcas diferentes, e são as três deles. São estratégias de mercado; cada um tem as suas.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — O Sr. Jorge Couto ainda não me respondeu a uma questão.

O Sr. **Jorge Couto**: — Ainda tenho muitas para responder!

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Antes de passar à seguinte, perguntei-lhe como surgiu o *Magalhães*, com quem é que falaram no Governo para fazer esta apresentação. Disse-me, há pouco, que apresentaram ao Governo não o *Magalhães* em si mas todo um projecto de PC.

O Sr. **Jorge Couto**: — Quero ser mais específico. Dentro do Governo, fomos ao Ministério das Obras Públicas, falar com o Dr. Paulo Campos.

Tudo aquilo de que me lembrar eu digo, e lembro-me exactamente disto.

À questão sobre o contrato com a Intel penso que já respondi. Deixo aqui os dois contratos e têm as datas.

Passo à questão da fábrica com a Intel.

Sr. Deputado, não sei se viu, mas, por acaso, quando soube que ia ser constituída esta Comissão tive o cuidado de ver os inúmeros artigos que saíram sobre o *Magalhães* desde, pelo menos, uns dias antes... Estamos a falar de 10 caixotes cheios de artigos!

Disso tudo, posso dizer-lhe que a JP Sá Couto deu muito poucas entrevistas; que metade dos artigos não são precisos; e que 10% dos artigos são inventados, mas disso não temos culpa!

Portanto, fábrica da Intel nunca houve. Falei uma vez com a Intel — se calhar, daí vem a confusão — sobre a possibilidade de eles fazerem cá uma fábrica. Eles disseram que já tinham tentado uma vez, uns anos antes, fazer uma fábrica mas que, depois, tinham decidido ir para a Irlanda, além disso, uma fábrica que custava 8 biliões não se decidia de um dia para o outro, nem eu tinha hipótese de lhes trazer para aqui uma fábrica.

Relativamente ao anúncio do investimento, depois do dia 30 de Julho... Não sei se isto foi antes ou depois de 30 de Julho, o certo é que quando se falou numa fábrica — falou o Presidente da Câmara Municipal de Matosinhos e falaram outros presidentes — todos queriam a fábrica nas suas regiões. Isto é normal, é puxar um investimento para o lado deles para criar mais postos de trabalho; é normal. Não foi o Sr. Presidente da Câmara de Matosinhos, aliás, posso dizer que nós é que convidámos o Presidente da Câmara Municipal de Matosinhos para estar, no dia 30 de Julho de 2008, na cerimónia.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — O Presidente da Câmara Municipal de Matosinhos fala da véspera e apresenta datas e tudo na entrevista que dá ao jornal, referindo a ligação com a JP Sá Couto. Por isso é que invoquei aqui o Presidente da Câmara Municipal de Matosinhos.

O Sr. **Jorge Couto**: — Penso que o Presidente da Câmara Municipal de Matosinhos tem ligação com todas as empresas daquele concelho. Não tem nenhuma ligação em especial.

É Presidente da Câmara e tem de zelar pelo seu concelho, por isso quer atrair investimento para lá. Mais: como estamos em Matosinhos, acho que preocupação dele é que não fossemos para outro sítio. Mas podem perguntar ao Presidente da Câmara Municipal de Matosinhos.

Quanto ao protocolo com a Intel já falei.

Relativamente ao registo do *Magalhães*, este computador é uma marca registada da JP Sá Couto; o *Magalhães* é da JP Sá Couto; a JP Sá Couto é o «pai», a «mãe», o «tio», a «avó» do *Magalhães*, e não abdicamos disso!

É evidente que a partir de 30 de Julho muita gente quis utilizar o *Magalhães*, saíram muitas entrevistas sobre o *Magalhães*, coisas que nem sequer sabíamos e que vínhamos a saber por terceiros. Mas acaba por não ser mau, porque a marca é nossa!

No que se refere ao protocolo com a Intel, penso que já foi referido aqui que foi um evento feito e pago por nós. Na altura, queríamos fazer um evento com várias vertentes. Uma delas era no sentido de trazer a indústria de produção, de concepção de computadores para Portugal (é aí que surge a tal assinatura no dia 30 da JP Sá Couto com a ECS). Havia também uma questão de internacionalização de projectos, tendo sido feita uma assinatura entre a Prológica e JP relativamente à internacionalização. Na altura, quando expusemos ao Ministério das Obras Públicas, eles disseram:

«Esperem aí! Nós também estamos a fazer um protocolo com a Intel. Se juntássemos isto tudo dava um evento muito interessante.» Concordámos com isso, evidentemente, pois quanto mais pessoas tivéssemos no nosso evento, quanto mais mediático fosse, melhor para nós.

Foi-me perguntado se conheço especificamente o protocolo da Intel com o Ministério das Obras Públicas. Não o conhecia, mas fiquei a conhecer, porque entretanto foi referido aqui. Nem podia conhecê-lo, porque era um protocolo entre uma empresa que não tem nada a ver comigo e o Ministério das Obras Públicas. Eu não podia imiscuir-me em protocolos em que nem sequer tivemos intervenção.

O Sr. **Presidente**: — Portanto, não tem nenhuma explicação para o facto de esse protocolo já falar em *Magalhães*. Essa foi uma das questões colocadas.

O Sr. **Jorge Couto**: — Não tenho nenhuma explicação para esse protocolo já falar em *Magalhães* e não tenho inúmeras explicações para toda a gente falar em *Magalhães* e não sabemos porquê.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Mas aqui o caso não é toda a gente; aqui é o Ministério das Obras Públicas que fala da iniciativa *Magalhães*.

O Sr. **Jorge Couto**: — Nesse caso, então, é melhor remeter para o Ministério das Obras Públicas a pergunta por que é que tem lá *Magalhães*!

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Disse há pouco que os seus contactos iniciais para apresentar o projecto *Magalhães* foram feitos com o Secretário de Estado Paulo Campos. Quando é que aconteceu o primeiro contacto com o Governo para apresentar isto?

O Sr. **Jorge Couto**: — Não sei precisar datas, mas foi duas ou três semanas antes disso. Foi durante o mês de Julho, antes do evento. Evidentemente, tinha de o ser, pois caso contrário não havia evento.

Foi-me perguntado também quando é que iniciámos a produção dos computadores. Massivamente, iniciámos a produção entre Novembro e Dezembro. Como é evidente, começámos por ter uma pequena produção. Porquê? Não sei se sabem, mas a JP Sá Couto tem uma parte de distribuição normal de todas as outras marcas. Isso é uma coisa interessante, porque convivemos com a nossa concorrência dentro de casa, o que nos permite analisar os produtos deles, ver como nos posicionamos.

Gostamos muito de concorrência, e se a concorrência estiver dentro de casa melhor ainda, porque se não conseguimos vender um *Tsunami* e conseguimos vender uma outra marca é porque a outra é melhor e, então, temos de melhorar para poder vender o nosso produto e não o da outra marca.

Tínhamos já um conjunto de computadores porque íamos fazer um lançamento em finais de Setembro naquilo a que chamamos o retalho, nas grandes superfícies. Penso que o lançamento foi feito na Fnac e que, depois, foi aberto a outros. Tínhamos já uma série de computadores e esses, de facto, estavam prontos a ser entregues.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — «Uma série» que são 10 000! De acordo com as notícias na altura, o lançamento foi feito no dia 23 de Setembro, às 24 horas, com 10 000 computadores em duas lojas Fnac.

O Sr. **Jorge Couto**: — Provavelmente. Se essa notícia tem fonte nossa, é verdade.

O Sr. Deputado falou-me no modelo de financiamento. Não entendo muito bem o que é isto. A que modelo de financiamento? Gostava que explicitasse melhor esta pergunta.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Refiro-me ao modelo de aquisição. Ou seja, os senhores desenvolveram um projecto, apresentaram-no ao Secretário de Estado Paulo Campos, fizeram a cerimónia. E, agora, como é que isto se concretiza? Se não, vai tudo «por água abaixo»! Como é que isto se concretiza? Como é que o Governo compra? Não pode comprar directamente. Qual é o modelo a seguir?

O Sr. **Jorge Couto**: — Já entendi.

Quando apresentámos isto ao MOPTC não foi para fazer nenhum programa em Portugal nem nada disso, foi para a nossa internacionalização, foi para que nos ajudasse a internacionalizar, porque já tínhamos tido uma ou outra tentativa de internacionalização que não tinham resultado. E uma das coisas que não tinha resultado relacionava-se com a marca, porque embora a Tsunami aqui fosse muito conhecida, quando chegávamos lá fora com a marca *Tsunami* diziam «vão outra vez lá para Portugal porque isso aqui não pega», devido aos problemas que tínhamos tido.

Por isso, relativamente ao modelo de financiamento não sei responder-lhe. O trabalho da JP Sá Couto foi muito simples: foi quem vendeu às operadoras. Que modelo havia por detrás disso? Não sei nem me interessa. Nós vendemos às operadoras e eles têm de nos pagar, ponto final.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Peço desculpa, mas isso não é assim. Isso é depois!

Pergunto, em concreto, se quando colocaram ao Governo a questão da apresentação do projecto... Porque não falam com qualquer pessoa do Governo, falam com o Secretário de Estado, com o responsável por esta área da parte do Governo, porque tem delegação de competências, depois fazem a cerimónia e assinam os protocolos todos. Portanto, é evidente que queriam saber como é que iam concretizar a venda! Ou não falaram nisto?

O Sr. **Jorge Couto**: — Mas que venda?

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — A venda do computador que apresentaram no dia 30 de Julho de 2008, naquele pedestal! Como é que ia ser concretizada a sua venda em Portugal,...

O Sr. **Jorge Couto**: — A venda foi concretizada...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — ... já que a internacionalização está no protocolo com a Intel?

*Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Pedro Filipe Soares.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, está percebida a pergunta.

O Sr. **Jorge Couto**: — A venda foi concretizada porque, no dia vinte e tal de Setembro, assinámos um contrato de um milhão para a Venezuela. Concretizámos uma venda. E era esse o objectivo.

Cá em Portugal não havia venda absolutamente nenhuma, nem sabíamos o que... Sabíamos que havia uma intenção de alargamento do e.escola, mas não sabíamos mais do que isso. E mesmo que fosse

anunciado por todos que ia haver 500 000 computadores, só fazemos as coisas quando temos a certeza que existem. Só tivemos a certeza que íamos vender um computadorzinho para o e.escolinha quando realmente nos chegou a encomendazinha. Antes não sabíamos!

Tenho andado em muitos países, tenho visto muitos anúncios, tenho até falado com alguns presidentes e primeiros-ministros. Todos eles têm anunciado muita coisa, mas alguns já anunciaram há dois anos e ainda não conseguiram fazer nada. Por isso, não chega só anunciar, é preciso concretizar, e um empresário só «ataca» quando realmente há concretização.

O Sr. Deputado disse que as características já se encaixavam no *Magalhães*. Esta é uma coisa muito interessante, porque já ouvi muita gente a falar disso mas gostava que me explicassem, sinceramente, quais são as características que encaixavam no *Magalhães* para eu poder realmente dizer «sim, senhor, tem razão». Para eu poder responder a esta pergunta gostava que fossem mais concisos e dissessem assim: «esta característica era só do *Magalhães*».

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Os senhores têm as características! Os operadores, para lhes comprarem os computadores, mandaram-lhes as características!

O Sr. **Jorge Couto**: — Não é isso que estou a dizer!

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Mas foi isso que perguntei!

O Sr. **Jorge Couto**: — As nossas características nós sabemos.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Não. Os operadores compraram-lhe os computadores, e quem compra diz o que quer comprar. Neste caso, tinham contratos assinados com o Estado, embora muito tempo depois, que diziam quais eram as características. Portanto, forneceram as características.

Segundo aqui disseram os representantes das operadoras, o único computador existente no mercado que encaixava naquelas características técnicas, preço e prazo era o *Magalhães*, não havia mais nenhum. Portanto, só perguntei quem «fez o fato»!

O Sr. **Luís Gonelha** (PS): — Sr. Presidente, se me permite, gostaria de precisar uma questão.

Já foi aqui esclarecido que os operadores forneceram as características, fizeram uma busca no mercado com características e foi respondido por algumas empresas de fornecimento de computadores que tinham um computador que cumpria aquelas características.

O Sr. **Presidente** (Pedro Filipe Soares): — Para clarificação de todo este ponto, para traduzir o que foi dito e para transferir também informação que adquirimos ao longo destas audições, quero dizer que o Ministério da Educação produziu uma série de características que entregou aos operadores para estes, depois, irem ao mercado. Todos os operadores reconheceram que as características indicadas pelo Ministério da Educação só eram cumpridas pelo *Magalhães*, independentemente do fornecedor.

Os representantes dos três operadores reconheceram que o único computador que cumpria as características era o *Magalhães*.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a mesa.

O Sr. **Presidente** (Pedro Filipe Soares): — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — De, duas, uma: ou o Sr. Jorge Couto está a responder no quadro do seu direito de responder como entender...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sem ser interrompido pelo PS!

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Ó Sr. Deputado...

O Sr. **Presidente** (Pedro Filipe Soares): — Sr. Deputado Bruno Dias, o Sr. Deputado Ramos Preto está a fazer uma interpelação à mesa.

Faça favor de concluir, Sr. Deputado.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Estou a fazer uma interpelação à Mesa no quadro dos meios direitos de interpelar a mesa.

Penso que, nesta Comissão, o Sr. Jorge Couto pode responder como entender no quadro dos seus deveres de resposta.

Sr. Presidente, há acordo no sentido de que quem insta, neste caso o Sr. Deputado Jorge Costa, pedir esclarecimentos. Já pediu uma série de esclarecimento e eu nunca me opus. Estamos em instâncias do Sr. Deputado Jorge Costa, no quadro de uma ordem estabelecida nesta Comissão. Quando chegar à vossa vez farão as instâncias devidas ao Sr. Jorge Couto, não podem entrar aqui num «efe-erre-á» de estar constantemente a suplantar o que está estabelecido nesta Comissão em termos das inquirições.

Portanto, em instâncias do Sr. Deputado Jorge Costa, questões, pode colocar todas as que ele quiser; esclarecimentos, pode pedir todos os que ele quiser. Alterar isso, Sr. Presidente não leve a mal, é um desrespeito

daquilo que está estabelecido. Também tenho perguntas para fazer e estou aqui calado!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a mesa.

O Sr. **Presidente** (Pedro Filipe Soares): — Sr. Deputado, deixe-me antes responder ao Sr. Deputado Ramos Preto para concluirmos este ponto.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Presidente, se mo permitir, gostaria de fazer a interpelação antes disso.

O Sr. **Presidente** (Pedro Filipe Soares): — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Presidente, raramente faço uso desta figura regimental, aliás, acho que é a primeira vez que a uso, e vou fazê-lo em defesa do Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Pedro Filipe Soares): — Então, vai desculpar-me mas não aceito que o faça.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Presidente, tem a ver com a condução dos trabalhos.

Concordo com a interpelação feita pela bancada do PS na totalidade, porém não é verdade... Quero pedir ao Sr. Presidente que faça aquilo que os presidentes fazem, ou seja, esclarecer quando a pergunta não foi totalmente clara ou quando entenda que algum depoimento não está claro. E foi o que o Sr. Presidente fez.

Portanto, não é dizer «quando chegarem à vossa fez»!... Sr. Presidente, se eu fizer uma pergunta e se a pessoa que estiver a responder não perceber V. Ex.<sup>a</sup> tem o direito e o dever, como sempre aconteceu, de clarificar a pergunta.

O Sr. **Presidente** (Pedro Filipe Soares). — Sr. Deputado, agradeço as palavras, mas a resposta da mesa será dada pela mesa.

A pergunta que o Sr. Deputado Jorge Costa colocou, e passo a ler as notas que tenho na mesa, foi a seguinte: por que é que as características a definir pelo Ministério da Educação tinham de ser iguais aos *Magalhães*? Foi esta a pergunta.

A clarificação que fiz, muita sucinta, foi no sentido de clarificar a pergunta ao Sr. Jorge Couto, que penso que terá ficado esclarecido com a informação adicional que lhe dei.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Sr. Presidente,...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. **Presidente** (Pedro Filipe Soares). — Srs. Deputados, não vou permitir neste momento, porque parece-nos que, para o funcionamento da Comissão de Inquérito,...

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Quanto chegar a minha vez, falarei!

O Sr. **Presidente** (Pedro Filipe Soares): — ... é mais profícuo que o Sr. Jorge Couto possa responder no sentido de clarificar a resposta.

Creio que o Sr. Jorge Couto já percebeu a pergunta que lhe foi feita e os moldes em que lhe foi feita. Peço, então, que responda. Se não tiver percebido, diga, pois podemos fornecer mais pormenores.

O Sr. **Jorge Couto**: — Sr. Presidente, o que tenho nos meus apontamentos sobre a pergunta é que as características já se encaixavam no *Magalhães*. Pressuponho que isto quer dizer que quando vieram as características das operadoras já se encaixavam nas características do *Magalhães* — é esta a pergunta.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — O que anotei aqui é isto: as características já se encaixavam no *Magalhães*. É isso que tenho aqui. O que pressuponho é que quando vieram as características das operadoras já se encaixavam no *Magalhães*. É essa a pergunta. Nas características do *Magalhães*.

O Governo definiu as características no dia 15 de Setembro de 2008. Os senhores já estavam a fabricar, já estava em andamento a produção do *Magalhães*. Certo?

O Sr. **Jorge Couto**: — Sim.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Muito bem. Entregaram computadores oito dias depois.

O que veio a verificar-se é que as características que o Governo definiu quando enviou para as operadoras e que serviram para as operadoras comprarem os computadores à Youtsu e à Inforlândia, os computadores que os senhores produzem, as características são as mesmas

das do *Magalhães*, sem tirar nem pôr. Este é um dado. Pergunto quem é que fez o «fato»...

*Protestos de Deputados do PS.*

Outra vez? Nós estamos numa comissão de inquérito.

*Protestos de Deputados do PS.*

O que pergunto é quem fez o «fato».

*Protestos de Deputados do PS.*

*Entretanto, reassumiu a presidência o Sr. Presidente, Miguel Macedo.*

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos retomar a normalidade.

Julgo que o Sr. Jorge Couto estava a responder e eu pedia que ouvissem a resposta, nos termos habituais.

Tem a palavra.

O Sr. **Jorge Couto**: — O que posso dizer é o seguinte: encaixava no *Magalhães* e poderiam encaixar noutros computadores. Não encaixavam só no *Magalhães*.

Relativamente às operadoras que dizem que não encontraram, se calhar, não fizeram o seu trabalho. É o que posso dizer. Podem chamar cá, outra vez...

Reparem, eu estou muito dentro deste mercado...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Em que outro computador é que encaixava?

O Sr. **Jorge Couto**: — Eu poderia utilizar um *Tsunami*, embora depois não tivesse preço de venda para, rapidamente, o alterar.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Não estou a falar só em características. Eu falei há pouco de tudo: características, preço e prazo.

O Sr. **Jorge Couto**: — Sr. Deputado, desculpe, mas eu anotei «características».

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Mas eu sei o que disse: características, preço e prazo. São as três componentes. Características técnicas, preço e prazo.

O Sr. **Jorge Couto**: — Quanto a características técnicas, não era difícil arranjar um produto.

Relativamente ao preço, não posso ser eu a dizer porque se os operadores é que fizeram a procura e disseram que era o nosso. Não fomos nós que dissemos aos operadores «olhe, tem de ser o nosso, porque é o mais barato». Penso que respondi.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — E quanto ao prazo?

O Sr. **Jorge Couto**: — Quanto a prazo, realmente, pelo menos para uma primeira entrega, nós estávamos mais preparados.

Já agora, vou voltar um bocadinho atrás.

Lembro-me do lançamento do e.escola. Já que estamos aqui a falar no e.escolinha acho que é pertinente falar nisso.

Na primeira encomenda que foi feita por uma das operadoras, a questão essencial era a de que houvesse computadores a 15 dias. Se isto lhe diz ou não alguma coisa!...

Já no e.escola, factor fundamental — e, na altura, até propusemos um *Tsunami* — (penso que já foi cá dito que era bastante mais económico a outra marca que foi proposta) —, o prazo é que prevaleceu sobre qualquer outra coisa.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Mas o contacto com o Governo sobre a definição das características foi com quem?

O Sr. **Jorge Couto**: — Nós não tivemos nenhum contacto com o Governo para definir características. Tivemos contactos internos com a nossa equipa de desenvolvimento para definirmos as nossas características.

O Sr. Deputado fala em «alfaiate», mas agora já não existe a Macmoda para podermos escolher vários modelos e já não se utiliza muito, porque é muito caro fazer um fato à medida!!....

Relativamente a um concurso público e dificuldades com o fisco, porque não quero entrar por aí, tenho aqui uns documentozinhos para entregar ao Sr. Deputado. São ele: primeiro, para não pensar que não paguei, sobre impostos de 2001 a 2009; segundo, a declaração de não dívida às Finanças e a declaração de não dívida à segurança social. Gostava de isto ficasse na Comissão.

O Sr. **Presidente**: — Fica entregue na Comissão.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Qual é a data das declarações da segurança social.

O Sr. **Jorge Couto**: — Pode depois verificar, mas é tudo recente.

O Sr. **Presidente**: — 9 de Novembro de 2009.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — A questão não é a de agora. Eu disse que não teria condições para isso, segundo as notícias da época, mais nada. Estávamos a falar em 2007 e em 2008.

O Sr. **Jorge Couto**: — Posso esclarecer?

Sempre tivemos todos os nossos impostos em dia. Sempre, desde que existimos em 1998. É isso que posso dizer.

O Sr. **Presidente**: — Para informação, a certidão do Ministério das Finanças que é presente a Comissão tem a data de 22 de Outubro de 2009 e a declaração da segurança social tem a data de 9 de Novembro de 2009.

O Sr. **Jorge Couto**: — Só mais uma precisão: aqui fala-se em concurso, que na altura não existia, mas, como sabem, nós concorremos agora a um concurso e não podíamos fazê-lo se não tivéssemos isto tudo devidamente em dia.

O Sr. **Presidente**: — Pelas notas que tenho, falta só resposta a uma pergunta. E vamos ouvir o Sr. Jorge Couto nesta resposta.

Tem a palavra, Sr. Jorge Couto.

O Sr. **Jorge Couto**: — Relativamente ao Dr. Mário Franco, foi-nos apresentando no lançamento do e.escola. Foi a primeira vez que tivemos...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Até Maio, Junho de 2007, não é assim?

O Sr. **Jorge Couto**: — Houve numa escola o lançamento do e.escola e foi nessa altura que ele nos foi apresentando.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Os únicos contactos que tiveram com o Governo, com a Fundação ou com o Fundo foram com o Secretário de Estado Paulo Campos e com o Dr. Mário Franco. Não tiveram mais contactos nenhuns.

O Sr. **Jorge Couto**: — É muito complicado. Posso falar do Ministério das Obras Públicas. Se está a falar de Fundo, Fundação, isso já é mais complicado para mim porque não sei qual é o interlocutor nem nunca soube se este senhor era de uma fundação. Posso referir-me ao Ministério das Obras Públicas. Foram os contactos que tivemos.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Mário Franco enquanto Ministério das Obras Públicas, não é assim?

O Sr. **Jorge Couto**: — Mário Franco enquanto Ministério das Obras Públicas. Não sei se fazia parte do Ministério das Obras Públicas, se era assessor... Não sei porque não lhe perguntei nem tenho de lhe perguntar.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem. Está respondido.

Antes de eu dar a palavra ao Sr. Deputado Ramos Preto, vamos fazer um curto intervalo de 5 minutos.

*Pausa.*

Sr. Deputado Ramos Preto, podemos ouvir as suas questões?

Tem a palavra.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Concluir e iniciar.

O Sr. **Presidente**: — Mas eu disse «ouvir».

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Obrigado. Sou eu que já estou a ficar velho e surdo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Eu é que estou a expressar-me pouco claramente, hoje.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Não está nada. O Sr. Presidente é sempre muito pré-claro.

*Risos.*

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — É merecido, Sr. Presidente.

Sr. Jorge Couto, começo por agradecer a sua vinda à Comissão.

Devo dizer que o ouvi atentamente. V. Ex.<sup>a</sup> respondeu durante 1 hora a instâncias do Sr. Deputado Jorge Costa e eu fiquei esclarecido sobre muitas questões que queria colocar-lhe.

Em todo o caso, farei um conjunto de considerações e depois gostava de ouvir a resposta de V. Ex.<sup>a</sup> a duas ou três perguntas e também de saber se algumas reflexões que aqui vou fazer têm ou não alguma consistência, se V. Ex.<sup>a</sup> as confirma ou infirma.

Já ouvimos aqui muitas individualidades. Ouvimos, por exemplo, o Sr. Ministro Mário Lino, que era o responsável máximo do Ministério quando foi lançado este Programa, dizer que tinha sido sempre intenção do Governo português promover a indústria nacional, nomeadamente a da informática, atentas as circunstâncias que o Sr. Jorge Couto aqui referiu de que esteve aqui numa situação em que a indústria informática europeia tendeu a desaparecer. V. Ex.<sup>a</sup> deu o caso da França, da Espanha.

Portanto, fruto da concorrência mundial, a indústria europeia esteve, e está ainda, numa situação muito periclitante e, portanto, é normal que o Governo português, o Governo espanhol ou qualquer governo da União Europeia tenham feito propostas no sentido da promoção de marcas nacionais e de incentivo ao desenvolvimento técnico e tecnológico do País.

Nós tínhamos um Plano Tecnológico gizado e, portanto, era normal que este Plano Tecnológico não fosse só uma coisa genérica e abstracta mas tivesse depois, na prática, concretização na indústria nacional.

Nós não podemos fazer, como alguns partidos parecem querer, o que o Sr. John Stuart Mill dizia de seu pai. Há uma frase do John Stuart Mill que dizia que o seu pai, também um grande pensador como ele, era um homem que amava a humanidade em geral, mas detestava cada pessoa em particular. Parece que há aqui algumas pessoas que também adoram o Plano Tecnológico em geral, o desenvolvimento da indústria portuguesa em geral, mas depois detestam cada uma das indústrias em particular. Quando elas florescem, aí, aqui d'El Rei, temos de atacar a indústria nacional. Parece que há aqui uma dispersão entre aquilo que é um discurso

e depois a prática, em concreto, no que toca ao apoio à indústria portuguesa, nomeadamente à indústria informática.

Portanto, é normal que o Governo português tenha apostado no incentivo à indústria no sentido de que ela invista no desenvolvimento técnico e que também tenha marcas próprias que cresçam valor à sua actividade no país em questão, neste caso em Portugal, e que, eventualmente, seja um motor de exportação e de contributo para que a balança tecnológica portuguesa, hoje, seja positiva, contrariamente ao que era há cinco ou seis anos.

Penso que estas duas linhas de intervenções que aqui estou a referir e que resultam do Plano Tecnológico — também já ouvimos aqui o coordenador do Plano Tecnológico — encontraram eco, ao fim e ao cabo, na principal empresa que existe no mercado com capacidade para criar, que foi a vossa, inovar, verificar o mercado e apresentar produto novo, produto que concorra no mercado com as grandes multinacionais. Não é por acaso que, neste momento, a JP Sá Couto está no *Top 10*, ou esteve. Através de um *site* que fui consultar, verifiquei que esteve no *Top 10*, esteve nos 10 maiores produtores que venderam em Portugal.

Neste quadro, penso que estiveram na linha correcta e aproveitaram as oportunidades que foram surgindo, e bem, e eu, como português, fico extremamente satisfeito que isto aconteça.

Perguntaram-lhe aqui «mas quem é que fez, quem é que estabeleceu o regulamento». É evidente que tem de caber ao Governo português — isto é lógico, é dos livros num Estado politicamente organizado — estabelecer o regulamento do Programa e iniciativas e, em particular, definir as especificações técnicas dos equipamentos e dos programas informáticos que deveriam ser disponibilizados no âmbito das iniciativas, quer da iniciativas e escola quer da iniciativa e escolinha. O estabelecimento destas especificações técnicas, para mim, foi feito, como também resulta das

audições que foram feitas nesta Comissão, em termos objectivos e abertos, ou seja, permitindo uma fácil replicagem pelas empresas de *hardware* e de *software* que estavam a operar nos mercados, como o Sr. Jorge Couto referiu há pouco. Esta afirmação que faço não a faço porque me apetece, mas resulta da leitura do Regulamento da iniciativa e.escolinha — estão lá vertidas estas situações que aqui referi — e quanto às restantes iniciativas resulta também dos artigos 18.º a 20.º do Regulamento e.iniciativas. Os Srs. Deputados leiam estes Regulamentos e verificarão que lá definidas estas características em termos objectivos e abertos. Portanto, qualquer empresa podia replicá-los. Era preciso que tivesse vontade, que tivesse um plano, que tivesse coragem e que quisesse investir nessa proposta que o Governo fez à indústria nacional e internacional que, por causa da concorrência, aqui quisesse operar.

Portanto, no que respeita à iniciativa e.escolinha, para onde foi dirigido o vosso computador, o computador *Magalhães*, é verdade que, não obstante aqui alguém e os operadores móveis nos terem dito que o mercado não publicitou muito as alternativas, atentas as especificações técnicas inerentes à natureza dos destinatários desta iniciativa, o certo é que existiam, à partida — e é isso que lhe pergunto e a que o senhor já respondeu há pouco, mas confirme —, vários computadores, pelo menos, o *Classmate*, que aqui referiu, o *OLPC*, além do *Magalhães*, que, à partida, cumpriam as especificações técnicas previstas neste programa. Pergunto se é ou não verdade que os operadores tinham possibilidade de escolha entre mais do que um fornecedor deste tipo de computadores com estas especificações.

Uma questão diferente é a estratégia comercial, que é a questão do preço que aqui lhe tem sido posta. Mas essa é uma questão diferente. É a questão comercial das multinacionais, e nós não podemos ser ingénuos.

Obviamente que, por exemplo, a *Mackintosh* tem lá uma coisinha que é a *Apple*, a maçã, assim como a *Mercedes* tem uma estrelinha, que faz com que ela possa vender o seu produto 10 ou 20 dólares a mais do que um outro produto. Porquê? Porque isso é um bem intangível. A própria marca *Louis Vuitton* não faz maletas ou saquetas numa pequena indústria. Porquê? Porque, primeiro, os seus accionistas não deixam, segundo, tem uma posição dominante no mercado, terceiro, quer manter essa posição dominante, quarto, investe milhões em publicidade para manter o produto.

Portanto, estamos aqui a fazer comparações que não são comparáveis. Quem não perceber esta realidade não percebe como é que funciona o mercado. Não percebe como funciona o mercado nem percebe como é que, depois, a indústria nacional pode promover. Se calhar, a ganhar muito pouco, se calhar, a vossa margem foi muito pequena, mas fizeram-no numa lógica de desenvolvimento da vossa indústria. Obviamente, há aqui uma questão de mercado que tem de ser considerada.

Como eu disse há pouco, fiquei com a ideia do carácter aberto das especificações do e.escolinha e que havia, à partida, estes computadores. Sabemos é que estes computadores tinham nestas especificações duas únicas especificações próprias, tinham duas singularidades. Queria que confirmasse isso, porque já ouvi aqui muita gente falar nisso. Tinham só duas singularidades que eram exigidas em relação aos outros netPC. Quais eram? Uma, era a exigência de que o computador fosse resistente ao choque e outra, era a de um grau elevado de impermeabilidade no sentido de não se estragarem com o derramamento de líquidos. São características que o Governo impôs, correctíssimas, em meu entender, atento o público-alvo, que eram as criancinhas dos 6 aos 10 anos.

Queria que me confirmasse se qualquer empresa no mercado dispõe, se o desejar, porque aqui há uma questão de vontade, de soluções técnicas para responder a estas duas exigências. Ou seja, qualquer empresa, uma

multinacional ou das vossas concorrentes, dispunham ou não de capacidade, repito, se o desejassem, de fazer netPC ou este tipo de computadores com estas duas singularidades que aqui vêm referidas nos documentos que a Comissão tem? É que eu não trato daquilo que está fora do processo. O Sr. Presidente é advogado, como eu. O que está fora do processo, para mim, está fora do mundo, só me interessa o que está no processo. E no processo o que está é isto.

Queria, pois, que me respondesse se, efectivamente, outras empresas vossas concorrentes, se o desejassem e se o quisessem, podiam ou não, tinham ou não capacidade para fazer computadores iguais a estes com estas duas singularidades, que aqui vêm referidas.

Já nem falo naquela circunstância do vosso *Magalhães*, o *Classmate* e o *OLPC* terem aquela pega incorporada, que é muito útil. Queria também que confirmasse se essa pega fazia ou não parte das características técnicas. O que resulta é que não está. Portanto, não era uma obrigatoriedade, os outros netPC também podiam vir a jogo, não era obrigatório que tivessem essa característica. Confirme-me se isso é ou não.

O Sr. **Presidente**: — Tenha em atenção o tempo, Sr. Deputado.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Outra questão: no Programa e.escola, já nos referiu que a vossa empresa não foi beneficiada pelos operadores na escolha do vosso equipamento. Ou seja, está a passar aqui a ideia, como disse há pouco nos quilos de imprensa que leu, de que a JP Sá Couto foi beneficiada pelo Governo — aliás, esse é o objecto desta Comissão, saber se houve ou não monopólio, o resto é *faits divers*. O que está estabelecido é saber se houve ou não monopólio.

Portanto, a ideia que está a passar, e que passou, é a de que houve um benefício da JP Sá Couto em relação ao Programa e.escola. Já sabemos, por aquilo que o senhor aqui nos disse, que no em relação à JP Sá Couto, no que toca à primeira parte, isto é, ao Programa e.escola, aos 800 000 computadores, penso, que foram vendidos, aos senhores não compraram nenhum. Não sei onde está esse benefício e esse direccionamento para VV. Ex.<sup>as</sup>!?

Parece-me, daquilo que li do processo — e queria que me confirmasse isto —, que só quando um produto de um fabricante português conseguiu ter o interesse das operadoras de comunicações, que viu uma marca sua, de V. Ex.<sup>a</sup> ser escolhida frente à concorrência, frente às grandes multinacionais, que nunca se tinham queixado, quando viram isso, é que puseram em causa o modelo do Programa. Aqui d’El Rei que há o direccionamento para uma empresa portuguesa e nós multinacionais ficámos fora do mercado.

E aqui criou-se a grande confusão: «há monopólio», «o Governo português está a promover a indústria portuguesa, está a direccionar tudo para uma empresa portuguesa e nós, que tínhamos vendido já 800 000 computadores, ficamos fora do mercado.» Porquê? Porque não quiseram apostar naquilo que foi a vossa aposta. E isto por razões diversas: para manter a marca, de estratégia comercial. Em seu entender, por que razão não terão feito isso? Está ou não de acordo com o exemplo que há pouco dei de que a estas multinacionais, às vezes, não lhes interessa porque pensavam que o mercado era periférico, como o senhor há pouco disse, não havia grande expansão e, portanto, não iam abdicar daquilo que é a sua matriz, daquele seu bem intangível, daquela sua marca, daquela sua referência para fazer um tal *Magalhães*, um tal computadorzinho, para uns tipos que estão ali, ao lado da Europa, periféricos. Esse mercado não lhes interessaria. Obviamente, se não lhes interessava, as operadoras...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, peço a sua atenção para o tempo que já gastou.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Sr. Presidente, peço a sua tolerância, porque senão faço como o Sr. Deputado Jorge Costa, que é estar a esclarecer constantemente.

O Sr. **Presidente**: — Mas isso V. Ex.<sup>a</sup> pode fazer.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Mas, Sr. Presidente, farei isso.

O Sr. **Presidente**: — Não estou a cortar-lhe a palavra. Só estou a chamar a atenção para o tempo.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

É ou não verdade que a JP Sá Couto nunca vendeu computadores directamente às operadoras móveis? As operadoras que compravam tinham um óptimo relacionamento com as distribuidoras e os distribuidores tinham um óptimo relacionamento com as operadoras e, portanto, também podiam vender outro tipo de computadores sem ser os vossos no que toca ao Programa e.escolinha. Se nos venderam é porque não encontraram no mercado. Se não há no mercado e se VV. Ex.<sup>as</sup> criaram uma inesperada dinâmica no mercado internacional... Há pouco disse-nos que vendeu, não sei para que país — não tomei nota — 1 milhão. Naturalmente, está a pensar fazer esse investimento para exportar. É evidente que, às tantas, aperceberam-se que este tipo-alvo de negócio, se calhar, até não podiam desprezar e que tinham desprezado no início do Programa.

Tenho comigo uma notícia de jornal que diz, referindo-se ao Sr. «Ministro da Educação» da Florida, o seguinte, e se calhar não é por acaso: «Ontem, segunda-feira, 29 de Março, veio a Lisboa visitar a JP Sá Couto». Um homem que, por acaso, até é português, Alberto Carvalho, Superintendente da Educação de Mimi Dade, na Florida, e que coordena o ensino público, diz: «Intriga-me o facto de um país com um PIB pequeno ter feito um investimento tão grande para dar computadores portáteis a todas as crianças do 1.º ciclo». Uma afirmação e um *statement* de um Ministro da Educação da Florida que vem a Portugal. Isto só nos devia orgulhar. Se calhar, é mais um mercado que se abre, fruto desta grande aposta do Governo português na indústria nacional. Se calhar, isto é o que dói a algumas pessoas que estão mais preocupadas em saber se o senhor falou com A, B ou C. Obviamente que tinha e tem de falar com o Governo.

Tenho mais perguntas a fazer, mas deixarei para a segunda ronda, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Jorge Couto.

O Sr. **Jorge Couto**: — Sr. Presidente, relativamente à primeira consideração que fez, devo dizer que realmente a nossa aposta de criar, em Portugal, uma ODM (Original Design Manufacturer) já começou a dar frutos e exemplo disso é o que está a acontecer aqui à beira, em Espanha. Somos uma ODM para uma empresa espanhola, que vende o nosso produto com outra marca, del Inves, e, inclusivamente, esse produto, pela educação espanhola, foi considerada o melhor produto para educação, comparado com todos os outros *netbooks* que existiam em Espanha. Tenho comigo esse documento que depois...

O Sr. **Presidente**: — O senhor quer fazê-lo chegar depois, ou...

O Sr. **Jorge Couto**: — Pode ficar, que são cópias. O artigo chama-se *O Melhor Notebook para a Aula Digital*. E foi o nosso produto *Magalhães* em ODM, proposto pelo OEM local, que é a Investronica, que ganhou esse prêmio.

Passo à questão das características técnicas do computador terem duas particularidades. Uma das particularidades é o teclado ter resistência a líquidos, penso eu. Definir que um teclado tenha essa resistência — a que líquidos, quantos líquidos, qualquer *notebook* quando o desenhamos há sempre um mínimo de líquido que pode cair no *notebook*. Por isso há muitos e já existiam antes muitos *notebook* que tinham essas especificações, porque não foi dito: «isto tem que ser a 30, 40 cl». Uma especificação muito genérica, não é?

Quanto à questão da robustez tem de ser resistente à queda e quais são os parâmetros? O que é ser resistente à queda? Qualquer um dos meus portáteis *Tsunami* posso dizer que é resistente à queda.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Não havia nenhum óbice a que a concorrência?

O Sr. **Jorge Couto**: — Não! Para definir critérios rigorosos, tem de ser baseado em normas, tem de ser baseado em coisas muito específicas e não é uma frase que define um produto — resistência á queda. O produto cai e o que é ser resistente à queda? Quando liga, funciona ou não funciona, parte alguma coisa. São coisas muito gerais. Daí eu considerar que qualquer produto, quem lesse bem as especificações, estava apto para poder concorrer a esse tema das operadoras. Depois há as especificações das operadoras. Porque não concorreram? Eu penso que isso tem mais a ver com a comunicação social, porque não se aperceberam que podiam fazer

um trabalho e propor em qualquer altura um produto. Mas é um problema dos outros.

Costumo dizer aqui que as outras empresas andaram, entre parêntesis, a «nanar», porque era muito fácil concorrer com um produto com estas características para o Programa e escolinha para as operadoras. Muito simples! E eu inclusivamente cheguei a testar produtos nossos. Eu estou a referir-me em termos de características. Em termos de preços, não era assim tão fácil como isso.

Numa primeira fase seria complicado, mas penso que a distribuição massiva dos computadores foi em Janeiro, por isso daria perfeitamente tempo para preparar porque às vezes as especificações são muito mais complexas. Não estamos a dizer para fazer um produto novo...

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Eu quando falei no mercado, quer dizer, as multinacionais podem também apostar naquele preço. O senhor também podia apostar naquele preço. Podia ser uma aposta. Os outros é que podem dizer: «eu não me interessa ir a esse jogo com esse preço, porque isso faz um *downgrade* daquilo que é a minha referência de marca» a nível, a tal *Apple*, a nível do mercado e portanto, elas próprias condicionam o preço do mercado, como nós sabemos.

O Sr. **Jorge Couto**: — Temos que ver uma coisa importante: quando surgiram este tipo, aquilo que se chama *netbook*, na altura existiam os miniportáteis com preços muito altos e na altura o grande dilema das multinacionais era baixar o preço médio de venda.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Não lhes interessava!

O **Jorge Couto**: — E não sabiam se aquele mercado ia canibalizar o mercado deles que já existia.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Essa é que é a questão!

O Sr. **Jorge Couto**: — Mas é isso! É exactamente isso! É evidente que quando mais tarde viram que era uma tendência do mercado, tiveram que ter o produto, como é evidente.

O Sr. **Presidente**: — Já agora, que está na questão das características, era a questão de saber se a pega do computador estava ou não também incluída nas características.

O Sr. **Jorge Couto**: — Eu não me recordo se estava ou não, mas é uma questão também muito específica.

O Sr. **Presidente**: — Eu fixe aqui quatro questões, porque houve uma série de considerações que o Sr. Deputado Ramos Preto fez.

A primeira questão é se era verdade ou não que os operadores tinham liberdade de escolha.

O Sr. **Jorge Couto**: — Eu penso que sim, que tinham liberdade de escolha, embora não esteja dentro desse processo, mas penso que sim.

O Sr. **Presidente**: — A última pergunta então, que as outras julgo que já foram respondidas, mas o Sr. Deputado Ramos Preto, que fez as questões, dir-me-á se é assim ou não, é se com a sua marca própria, com a marca própria da JP Sá Couto, vendeu alguma vez alguns computadores às operadoras. Era essa a questão.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Não é e.escola, porque nos outros já vimos que não! Penso que já!

O Sr. **Presidente**: — Não é e.escola, claro!

O Sr. **Jorge Couto**: — Eu penso que já tive oportunidade de dizer que realmente fizemos uma proposta de *Tsunami* em consórcio com a Prológica, por isso no âmbito da Youtsu e não ficámos apurados, embora eu achasse que o nosso computador é bom, tinha um preço mais baixo que os outros, mas há os que ganham e os que perdem.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — O que eu queria perguntar é se o Governo, então também para ser beneficiado nos primeiros 800 000, também podia ter dado, se dizem aqui que deu, instruções às operadoras para comprarem o *Tsunami*. O que estou a perguntar é se houve alguma instrução, o senhor já me disse que não, porque não lhe compraram nenhum *Tsunami*, segundo só quando VV. Ex.<sup>as</sup>, por efeito da vossa insistência, da vossa capacidade de arranjar um produto que fosse competitivo, aí os senhores passaram a ter mercado e as multinacionais, como o senhor disse, «andaram a nadar», chegaram atrasadas ao negócio.

O Sr. **Jorge Couto**: — O que posso dizer relativamente a isso é que ainda não consegui apurar onde é que fomos beneficiados, por isso quando e disserem: «vocês foram beneficiados exactamente aqui». Mas até hoje ainda não consegui ver. A única coisa que consegui ver é que temos tido muito trabalho, muito investimento e feito muita coisa diferente do que os outros têm feito, mas benefício, quem no-lo deu? Nós próprios é que criámos o nosso benefício e temos que investir para isso.

O Sr. **Presidente**: — Eu julgo que estão respondidas todas as questões.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Jorge Couto, quero cumprimentá-lo e dizer-lhe que farei perguntas mais concisas possíveis, para obter também respostas mais claras e concisas possíveis.

Quero igualmente dizer-lhe que não estamos a avaliar a empresa JP Sá Couto. Quero dar-lhe os parabéns por ter uma empresa portuguesa, de pessoas que se fizeram a si próprios. Eu conheço razoavelmente o percurso inicial da JP Sá Couto — dar-lhes os parabéns, porque conseguem um bom produto. Nós não temos nada contra as empresas nem contra a indústria portuguesa, antes pelo contrário, somos insuspeitos de atacar a indústria.

Uma empresa portuguesa, ainda por cima numa área das novas tecnologias que é tão importante para o País. Agora, o nosso papel aqui é fazer a avaliação da actuação do Governo e, portanto, nas suas respostas não tem de defender o Governo nem proteger quem quer que seja. Tem que apenas dizer a verdade.

Espero que o Governo faça aquilo que fez com a JP Sá Couto, que não é crime nenhum, com outras empresas. Diplomacia económica é isso mesmo, defesa do produto português é isso mesmo e da marca portuguesa também.

Não tenho também nada contra o *Magalhães*. Acho que é uma marca forte. Eu até sugeria, já que há uma sacola com pega que não está, se conseguisse fazer essa sacola com a Hello Kitty,...

O Sr. **Jorge Couto**: — Já temos!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — ... imagino o que serão as miúdas todas a passear com o *Magalhães* pela rua. São apenas ideias para ajudar a vender.

Eu começo por perguntar, porque acho que a relação ou o conhecimento entre o Ministério das Obras Públicas e a empresa poderá ter começado de facto no e.escola, que é um programa com grandes vantagens. Houve aí um conjunto vasto de computadores de várias marcas. Cada um optava pelo que queria, pela banda larga que tivesse em casa — ou uma ou outra. Eu preciso saber o que é que isso representou para a JP Sá Couto ou para o consórcio Youtsu o Programa e.escola, ou seja, o volume de negócios, não interessa os empregos que foram criados, as expectativas de negócio. Tudo aquilo o que o Sr. Deputado Victor Baptista possa imaginar cabe nesta pergunta, não tenha nenhum problema quanto a isso.

O Sr. **Victor Baptista** (PS): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Depois gostava de separar, porque os programas são diferentes. Isto depois evolui. Há um relacionamento — já percebi com o Sr. Mário Franco e o Secretário de Estado Paulo Campos —, porque V. Ex.<sup>a</sup> utiliza, em determinada altura, uma expressão que é: «esperem lá! Que nós também pensamos nisso». Ou seja, há aqui uma comunhão de interesses: o Governo por um lado preparava um programa que os senhores tinham na manga um outro programa. E é numa conversa que não sabemos situar quando é que: «esperem lá! Nós podemos fazer aqui uma parceria estratégica comum aos dois, que é o e.escolinha, porque este último não é uma ideia da JP Sá Couto, nem da Youtsu. Podia não ter nada a ver com o *Magalhães*. Este podia ter as características que tem hoje, ser um *Classmate* adaptado ao

mercado português para exportar, mas não tinha nada a ver com o e.escolinha. O e.escolinha é uma ideia do Governo da República portuguesa.

Gostava, pois, de saber em concreto quando é que a JP Sá Couto soube que o Governo estava a pensar em ter um Programa e.escolinha, ou seja, adaptar aquele computador para, como dizia aqui a Sr.<sup>a</sup> ex-Ministra da Educação, ter, aliás, como diz o Plano Tecnológico, um computador para cada aluno em 2010, que é um objectivo razoável, o que é bom para todo o mercado e para todos os ODM e OEM (Original Equipment Manufacturer). Se o Governo pretende patrocinar um computador para cada, é evidente que o mercado se agita, porque alguém vai ter que vender esses computadores.

Este Programa e.escolinha é importante saber quando é que a JP Sá Couto teve esse conhecimento e depois também dizer se foi essa empresa que explicou ao Governo como é que o Programa e.escolinha devia ser ou se foi ao contrário, porque nessas conversas — «Esperem lá. Nós também temos aqui uma ideia» — se ao Sr. Mário Franco explicaram que o vosso computador era o melhor para aquilo que o Governo tinha idealizado, ou seja, vou fazer a pergunta exactamente ao contrário: porque é que o e.escolinha era um Programa do Governo? Disse aqui o Director do Plano Tecnológico, o Carlos Zorrinho, e como dizia e bem o Deputado Ramos Preto, o Governo é um governo competente, sabe o que faz. Andamos nestas audições, sabemos exactamente como o Governo sabe o que faz. Podemos testemunhar isso.

Criou, dentro dessa sua competência e capacidade, uma *task force*. Não foi com o Ministério da Defesa, com o poder local, nem com o Ministério da Saúde. Criou com quem? Com a educação, com o trabalho e com as obras públicas. Cá está! Bem feito! Todas as áreas que tocavam a educação e essa capacidade. E essa *task force* é que definiu aquilo que para

o Governo seriam as características necessárias para que o e.escolinha potenciase a sociedade da informação e lhe trouxesse uma geração cada vez mais nova.

Essa *task force* designou essas características. Julgo que a JP Sá Couto não tinha ninguém nessa *task force*. Esta comunicou às operadoras no dia 15 de Setembro as características. Dizem as operadoras, umas que precisavam de seis meses. Julgo como industrial da área que concordará e que dir-me-á qual o tempo necessário para pegar nas características e produzir um produto. Mas antes desses seis meses convém dizer que já a JP Sá Couto tinha esse produto. O que não sabemos e tem a ver com uma interpelação do Deputado Gonelha é se os primeiros *Magalhães* tinham ou não estas características. Se tinham, então a JP Sá Couto, para além de um grande fabricante, tem poderes de adivinhação, porque conseguiu fazer um produto exactamente igual às características que uma *task force*, onde não estava a JP Sá Couto, onde só estava gente do Governo, definiu características que tinham a ver com o preço, com a resistência à água, à queda, entre outras características. Isto é importante saber.

Gostava também de perguntar quando receberam a primeira encomenda do *Magalhães* e quem a fez, quando entregaram os primeiros *Magalhães* e a quem.

Dizem que começaram a produzir em massa em Outubro/Novembro, mas há de facto entregas em Setembro, uma quantidade razoável. Portanto, acredito que tenham capacidade para produzir rapidamente. Também gostaríamos de saber se os primeiros programas tinham ou não o e.escolinha, porque é fundamental saber se esses primeiros computadores, já estavam, já eram produto final para o e.escolinha.

Por que é que o dia 30 de Julho, que parece ser uma data, eu vou pôr no meu calendário «Dia do *Magalhães*», só porque é o verdadeiro dia do *Magalhães*, porque foi quando dele tivemos conhecimento, mas é também

quando os senhores assinam com a Intel o memorando, que estava a ser preparado e quando o Governo também assina, ou seja, mais outra coincidência fantástica! Memorandos de entendimento, que pressupõem algum estudo, alguma ponderação, em entidades que aparentemente nada têm a ver umas com as outras, desembocam no mesmo dia — os senhores e o Governo com a Intel, e para além disso, a PT, a TMN, a Vodafone e os vários ministérios. Estava toda a gente no dia 30 de Julho!

Se eu olhar para o memorando de entendimento, e por isso é que lhe digo que não é nada contra a JP Sá Couto. É para percebermos como o Governo actuou, que é o que nos interessa.

Eu olho para a cláusula sete da Intel e diz assim: «de acordo com objectivos da Intel, o âmbito deste memorando de entendimento, esta investigará e acordará com o Ministério das Obras Públicas a implementação do seguinte — localização de *hardware* e *software* em português e ajuda a identificar uma OEM, fabricante e proventos originais, com capacidade e potencial para operar a nível nacional e internacional». Ou seja, o Governo encomenda à Intel: «os senhores agora vão procurar uma OEM para produzir uma ideia que nós temos, no dia 30». Coincidência das coincidências, a Intel deve ter saído a porta e quando voltou a entrar já vinha com a JP Sá Couto e disse: «olhe, encontramos ali no corredor a JP Sá Couto, até vamos agora assinar com eles também o memorando no mesmo dia». Talvez à China. Na China é tudo mais rápido e mais barato.

Estas são as nossas dúvidas. De facto, como é que no mesmo dia entidades diferentes assinam o mesmo protocolo, como é que uma empresa multinacional com a vantagem ou a desvantagem do presidente da Intel, Craig Barrett, dizer: «a escolha do *Magalhães* não é nossa. É portuguesa.» Não especificou de quem. Esse dia é curiosíssimo. É curiosíssimo!

Depois também perguntar-lhe — nós ouvimos aqui, em resposta a perguntas de várias bancadas, os vários ministérios dizerem: «fomos convidados pelo Ministério das Obras Públicas». O vosso representante ontem disse: «Não. Fomos nós que pagámos. Fomos nós que sugerimos ao Governo que íamos fazer no dia 30, no Pavilhão Atlântico, essa apresentação», o que desmente uma série de informações, ou seja, as pessoas que foram convidadas pelo menos por você sabiam que iam para a apresentação do *Magalhães*. Algumas operadoras aqui ouvidas disseram: «fomos lá mas nem vimos o *Magalhães*. Estava lá num pedestal, mas até pensámos que fosse uma máquina nova, a *Bimby*, ou outra coisa qualquer. Depois é que demos conta que era o *Magalhães*».

A minha dúvida — como é que foi feita esta parceria com o Ministério das Obras Públicas? Há várias entidades a dizer que foram convidadas por este Ministério! Utilizando a alegoria do casamento, do noivo e do fato — eu sei que, na tradição, quem pagava a boda era o pai da noiva. Aqui, os senhores pagaram a boda, mas os convidados foram feitos por quem? Foram feitos pelo pai do noivo, essencialmente! E os senhores tiveram que suportar uma despesa mas afinal o convite foi feito pelo Ministério das Obras Públicas. Como e quando é que combinaram? — «Nós vamos fazer uma proposta. Os senhores convidam x entidades, nós convidamos outras entidades». Qual era o objectivo? Porque aqui todas as operadoras disseram que foram convidadas pelo Ministério das Obras Públicas! E os senhores agora dizem: «fomos nós que convidámos»? Deve ter havido uma conversa em que combinaram tudo isto.

Quero também dizer-lhe que disse aqui que registaram a marca *Magalhães*. É verdade e fizeram bem, porque a marca é de facto muito forte. Agora, se eu olhar para o acordo Microsoft — Governo português na pessoa do Ministério das Obras Públicas — o que eu vejo é «Acordo Microsoft — *Magalhães*», iniciativas e.escola, e.escolinha — Governo

português — iniciativa Magalhães e depois, mais à frente, denomina-se «Aliança *Magalhães*». O Ministério das Obras Públicas pagou-vos alguma utilização da marca? Ou é uma conta ainda a ter com esse Ministério, pela utilização do nome? É que esse não vem em contrato nenhum, mas já agora gostava de saber quanto é que isso custa, porque pode apetecer-me fazer um *Magalhães* lá em casa ou andar com um computador. Eu, por acaso, tenho um. Não trouxe com medo de utilizar abusivamente o nome.

Também gostava de perguntar se há ou não alguma dívida das operadoras à JP Sá Couto? Qual é a dívida que as operadoras têm para convosco e obviamente com o Governo? E também já agora qual é o preço de cada computador? Por exemplo, o senhor da Caixa Mágica, esse foi o único que foi mais esclarecedor porque disse que viu nos jornais e como viu nos jornais, foi à festa e pôs-se no mercado.

A perguntas e indicações de um colega, a Caixa Mágica podia ter vendido o seu produto um pouco mais barato. Pergunto se tal também podia ter acontecido com o *Magalhães*. O que na altura quase 70 € mais barato, ou seja, para que compra computadores com a ajuda da acção social escolar de 150 €, 70 € é relevante. Então se for uma família com dois filhos, mais relevante se torna esta pequena diferença. Por isso é que é importante saber quanto custa o computador e se era possível ou não vendê-lo mais barato, porque o preço também era uma característica importante para vos diferenciar da concorrência. Eu não vou fazer nenhuma referência à concorrência. Porventura, alguns foram pouco diligentes, não quiseram «ir a jogo», mas que disseram aqui que tentaram fazer e não conseguiram, é verdade.

Eu também já agora lhe perguntava — julgo que lhe foi feita essa pergunta e não respondeu — se eu não quiser comprar o *Magalhães*, mas antes um produto parecido em preço e em qualidade, qual a marca que existe no mercado, com as mesmas características, compatível?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Jorge Couto.

O Sr. **Jorge Couto**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Hélder Amaral, relativamente à afirmação de estarmos a proteger o Governo, eu simplesmente tento dizer aquilo que sei. Não vejo assim essa questão.

Relativamente a uma afirmação produzida: «espere lá que nós também pensamos nisso», não me lembro de ter feito essa afirmação.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Está na acta. Foi quando o Sr. Deputado Jorge Costa lhe perguntou quando falaram com o Governo e com quem, os senhores disseram que foram ao Ministério apresentar o vosso produto e que o Ministério, na pessoa do Secretário de Estado, não sei se na pessoa do Sr. Presidente da Fundação, Mário Franco, disse: «nós também temos uma ideia parecida. Vamos lá ver como isso é». É assim que aparece o acordo com a Intel. Por isso é que eu digo, como eu separei o *Magalhães* do e.escolinha, perguntei se essa relação que começou aí como desembocou no e.escolinha e quando é que isso foi feito. Aí houve de facto uma comunhão de interesses que levou ao que hoje se sabe — a uma parceria boa para vocês e espero que para as crianças portuguesas.

O Sr. **Jorge Couto**: — Aí eu penso que referi, quando fomos ao Ministério das Obras Públicas que lhe apresentámos o nosso projecto na globalidade, como o ODM, como o da exportação. Eu acho que nunca referi, nem pensámos relativamente a qualquer programa que pudesse existir ou não. Pelo menos, se está, não era esse o meu raciocínio.

Quando tive conhecimento do e.escolinha? Por mais engraçado que pareça, eu acho que toda a gente teve conhecimento do e.escolinha no dia 30 de Julho. E eu estava lá! Não sei se era o e-escolinha ou se chamavam

«programa para crianças». Já não me lembro propriamente o que foi anunciado.

Relativamente à *task force*...

O Sr. **Presidente**: — Antes disso, Sr. Jorge Couto, só para ajudar, havia uma pergunta sobre o que representou para a JP Sá Couto o e.escola. Quantos empregos, quantos impostos foram pagos.

O Sr. **Jorge Couto**: — A informação que eu tenho diz respeito aos projectos e.escola e e.escolinha. Relativamente ao primeiro projecto, quanto à JP Sá Couto, que são os dados que tenho — eu penso que sabem que depois a empresa vendeu à Youtsu no caso do e.escola e no caso do e.escolinha vendeu à Youtsu e à Inforlândia. Eu tenho no projecto e.escola em 2007 aproximadamente 23 milhões de euros — tenho o número exacto. Se quiserem também posso dar, ou depois posso deixar este documento?

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Pode dar mais tarde! Ou se tiver aí.

O Sr. **Presidente**: — Sem prejuízo do documento, por ordem de grandeza.

O Sr. **Jorge Couto**: — 50 milhões de euros em 2008, 56 milhões de euros em 2009.

Quanto ao e.escolinhas para a Youtsu, estamos a falar de 14,5 milhões de euros em 2008 e 61,5 milhões de euros em 2009 e relativamente à Inforlândia, na parte do e.escolinha, cerca de 200 000 euros em 2008 e 6,6 milhões de euros em 2009.

O Sr. **Presidente**: — Já agora, tem ideia de quantos empregos é que este Programa pode ter gerado na empresa, que foi uma das perguntas que foram feitas. Não, aqui a solicitação do Sr. Deputado — empregos e impostos, exactamente.

O Sr. **Jorge Couto**: — Os impostos eu penso que já distribui e é engraçado ver que de 2001 a 2008 nós pagámos mais impostos do que aquilo que facturámos em *Magalhães*. É só!

Relativamente ao projecto *Magalhães*, tivemos um pico máximo de trabalhadores de 189 a juntar aos trabalhadores da JP Sá Couto, que deve estar aqui, que são 164.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sim, senhor. Percebemos que o Governo é amigo mas também cobra.

O Sr. **Jorge Couto**: — Tenho uma outra pergunta para responder. Quanto ao e.escolinha, aquilo que foi público foi: «vai haver aqui um programa para o primeiro ciclo e que uns pagam tanto, outros pagam tanto e outros pagam tanto». Mais nada!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Quer dizer que aquele *Magalhães* que estava no pedestal no dia 30, não funcionava. Ou aquele *Magalhães* que estava para amostra já tinha todas as características que hoje tem o *Magalhães* que eu possa comprar esta tarde?

O Sr. **Jorge Couto**: — Quando é desenvolvido um produto, ele tem vários estágios. Passa desde primeiro fazer uma parte plástica, depois passa a *samples* de desenvolvimento, depois passa a *samples* de produção e

depois passa à produção final. Os *Magalhães* que lá estavam eram *samples* de desenvolvimento, amostras de desenvolvimento.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Esse computador funcionava, o que estava no dia 30 de Julho?

O Sr. **Jorge Couto**: — Esse computador, embora fosse *samples* de desenvolvimento. Os *samples* de desenvolvimento já estão a funcionar, mas ainda se tem que resolver alguns problemas técnicos. Chamamos a esses *dvd samples*. Depois há uma *samples* final que é antes de entrar a produção, que é tudo afinado e depois entra-se em produção.

O Sr. **Presidente**: — A pergunta seguinte é no sentido de saber quando é que receberam a primeira encomenda do *Magalhães* e quem a fez.

O Sr. **Jorge Couto**: — A encomenda foi feita na altura pela Youtsu, não foi feita pela Inforlândia, e penso que foi na terceira semana de Setembro, porque nos disseram que as operadoras tinham pedido uns computadores para entregar rapidamente. Para nós até foi complicado porque os computadores que tínhamos eram adjudicados ao retalho e tivemos de os deslocar e fazer o que se chama o *refresh* desses computadores de forma a poderem ir. Inclusivamente, até tivemos de trabalhar num fim-de-semana porque a entrega era a uma segunda ou a uma terça-feira. Foi uma coisa um bocadinho atribulada para nós.

O Sr. **Presidente**: — A pergunta que estava junta à anterior era a quem é que entregaram esses *Magalhães*.

O Sr. **Jorge Couto**: — À Youtsu.

O Sr. **Presidente**: — Como aponto as perguntas, estou a tentar ajudar.

A pergunta segunda tem a ver com a cerimónia de 31 de Julho, com o melhorando de entendimento e com as entidades que são estranhas e que confluem para a assinatura desse memorando.

O Sr. **Jorge Couto**: — Primeiro, refere-se aqui que assinámos um memorando com a Intel. Nós não assinámos, quem assinou foi o Ministério das Obras Públicas e Comunicações.

Não assinámos nenhum memorando com a Intel no dia 30 de Julho. Assinámos o nosso contrato em Dezembro de 2008. O que assinámos na altura...

O Sr. **Presidente**: — O contrato que está na comissão?

O Sr. **Jorge Couto**: — O contrato que já está cá, que é datado do dia 1 de Julho. A pessoa da ECS assinou primeiro, enviou-nos e houve uma testemunha da ECS na altura para testemunhar, assinei e essa pessoa serviu de testemunha, como está no contrato, no dia 30 de Julho.

Assinei, ele serviu como testemunha, embora o contrato date de 1 de Julho.

*Aparte inaudível.*

Sim, gostava, pelo menos, de partilhar aquilo que acho que foi, segundo o meu conhecimento.

Quando fomos ter com o Ministério das Obras Públicas, dissemos claramente que íamos fazer este evento. Daí eu soube que era para a internacionalização, lançamento de produto, etc.

Foi-nos dito, na altura, que a Intel também ia fazer um memorando de entendimento com o Ministério das Obras Públicas e tratava-se, no fundo, de juntar o útil ao agradável.

Na altura, ficámos todos satisfeitos, porque o Ministério das Obras Públicas disse «não...» e, inclusivamente, eles tiveram parte activa, depois, no protocolo. Ou seja, acabamos por ir para segundo plano. O evento é nosso, nós pagámos e, às tantas, aparecemos muito pouco. Mas também não precisávamos de aparecer muito, porque o que apareceu muito, depois, foi a marca e deu a notoriedade toda da marca *Magalhães*.

Convidámos pessoas e o Ministério das Obras Públicas convidou pessoas.

A marca *Magalhães* é da JP Sá Couto e já apareceu em inúmeros sítios, informações, memorandos... Acho que têm claramente de perguntar a essas pessoas que fizeram nisso por que é que o fizeram, quando a marca é nossa.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Já perguntou ao Ministério das Obras Públicas por que é que o fez?

O Sr. **Jorge Couto**: — Não sei, não é?

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Posso dar-lhe cópia do memorando com a Microsoft, onde diz iniciativa *Magalhães*», aliança *Magalhães*. Tenho aqui cópia se quiser, fazendo essa nossa parceira de distribuição de documentos...

O Sr. **Jorge Couto**: — A minha interpretação é a de que *Magalhães*, a partir de uma determinada altura, tornou-se quase uma marca pública, era de todos, toda a gente falava e toda a gente queria ter alguma coisa a ver com o *Magalhães*.

Quero só referir, relativamente a isto, que, quando foi lançado aquilo que se chama o computador sénior, disseram que era o *Magalhães* sénior e nós nem sequer sabíamos disso, era um computador e não tinha nada a ver com a JP Sá Couto.

Por isso, houve inúmeros aproveitamentos de marca. Já cheguei a países onde me disseram: «Já esteve aqui o *Magalhães*». Mas quem é que teve? Teve uma empresa «XPTO» que disse que era do *Magalhães*. Quer dizer, neste momento, toda a gente é do *Magalhães*.

O que posso dizer é que o *Magalhães* é do povo, e isso é bom.

Relativamente ao memorando entre a Intel e o Ministério, esse documento nada teve a ver connosco, embora soubéssemos que ia ser assinado um memorando. Não sabíamos era mais nada. Acho que já expliquei isso, se era entre a Intel, que nada tem a ver connosco e o Ministério das Obras Públicas, não tinha nada que me imiscuir num memorando que não tinha nada a ver connosco.

O Sr. **Presidente**: — A questão das dívidas das operadoras à JP Sá Couto.

O Sr. **Jorge Couto**: — As operadoras não têm dívidas à JP Sá Couto, têm dívidas à Youtsu e à Inforlândia e o que, provavelmente, tenho aqui são as dívidas que a Inforlândia e a Youtsu têm à JP Sá Couto.

O Sr. **Presidente**: — É o caminho regressivo; as operadoras têm às distribuidoras e estas devem ao fornecedor.

Não se pretende saber qual é o montante das dívidas, ou pretende? É que a JP Sá Couto não tem dívidas das operadoras.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Têm, via Youtsu.

O Sr. **Jorge Couto**: — Em termos de consórcio da JP Sá Couto com a Youtsu, é evidente que as operadoras devem à Youtsu.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Também ficamos com a ideia de que quem pagou a cerimónia foi a Youtsu.

O Sr. **Jorge Couto**: — Exactamente. Não sei se a Youtsu já passou esses valores relativamente a isso.

O Sr. **Luís Gonelha** (PS): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível transcrever as palavras do orador).*

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sabe quanto é que é, Sr. Deputado? Então, já agora... São registos para memória futura.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, façam favor de não dialogar.

O Sr. **Luís Gonelha** (PS): — Para memória futura que o senhor esteve cá e assinou as declarações todas.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Fiz uma pergunta e não é V. Ex.<sup>a</sup> que tem de responder, nem pode ficar incomodado com o tempo que eu demoro a fazer perguntas ou a obter respostas, porque V. Ex.<sup>a</sup> demorou mais tempo que eu.

O Sr. **Luís Gonelha** (PS): — Não fico incomodado. V. Ex.<sup>a</sup> é que me perguntou a mim aquilo que a Youtsu, ontem, respondeu.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Era para ajudar. O senhor disse que já tinha a resposta. Se me der a resposta, tenho-a como boa, mas pelos vistos não tem.

O Sr. **Presidente**: — Enquanto se procura a informação, não é propriamente a altura para se fazer um debate na comissão.

O Sr. **Jorge Couto**: — Não possuo aqui essa informação.

O Sr. **Presidente**: — Se não tem, então vamos fazer como habitualmente. Depois, se fizer o favor, o Sr. Jorge Couto faz chegar à comissão essa informação depois da audição.

A questão seguinte é: qual é o preço de cada computador e se era possível vender mais barato?

O Sr. **Jorge Couto**: — Quando estamos a falar de computador, vou-me referir somente ao *hardware* em si e o nosso preço do *hardware*, incluindo já a garantia, era 184 €. Isto inclui também as taxas que se é obrigado a pagar porque causa dos resíduos, das pilhas, etc. Já está tudo incluído nesse preço. Mais 2 € de Caixa Mágica, o que dá 186 €.

O Sr. **Presidente**: — A última pergunta é: se quisesse comprar outro computador que não o *Magalhães*, qual era a marca que estaria disponível no mercado?

O Sr. **Jorge Couto**: — Acho que há duas opções para comprar no mercado: *Magalhães* ou *Tsunami*. É complicado estar a fazer publicidade numa marca concorrente, não é? Por isso é que estou a dizer *Magalhães* ou *Tsunami*, que são duas excelentes marcas, que aconselho vivamente.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Percebemos que era *Magalhães* ou *Magalhães*.

O Sr. **Presidente**: — Julgo estarem respondidas as perguntas.

Tem, então, a palavra o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Presidente, as perguntas que quero fazer prendem-se apenas ao âmbito do Programa e.escolinha, por isso, no fundo, só têm a ver com o *Magalhães*, com a sua preparação, com a sua distribuição e a forma como chegou ao mercado e como foi distribuído em Portugal.

Foi-nos apresentado, ontem, como sendo o pai do *Magalhães*, pelo menos, o pai da ideia *Magalhães*. Pergunto como é que foi esse processo, em que data é que deram início ao projecto, em que começaram a definir as características, porque, corrija-me se estou errado, mas a transformação de OEM para ODM, que foi o que aconteceu no âmbito da produção do *Magalhães*, o que diz é que a JP Sá Couto passa a definir características do computador e passa a criar um novo produto. Tem por base o *Classmate*, mas cria um novo projecto e, por isso, há sempre um tempo de preparação e de definição de características, em que se avalia quais são as necessidades do mercado e dos destinatários.

Desde a data em que foi pensado até à data em que foram definidas as características, imagino que tenha havido um processo em que, para além de contactos com a ECS, também houve contactos com a Intel, dado

que a Intel era a detentora dos direitos intelectuais sobre o *Classmate* e qualquer adulteração (permitam-me este termo, que sei que não é o correcto), alteração, ao *Classmate* teria de ter o acordo da Intel, se não, não poderia existir.

Por isso, gostava de perceber como é que começou a ideia. Do que nos foi dito ontem, a ideia foi muito apadrinhada pela Youtsu, não foi só a JP Sá Couto que esteve no processo, mas a Youtsu, enquanto consórcio, também participou activamente em todo este processo.

Por isso, gostaria de perceber estas datas. Quando é que cada um dos momentos acontece e com que interlocutores, porque imagino que a ida à Coreia deu a ligação à Prológica, a criação do Youtsu, mas, depois, mesmo na preparação do *Magalhães*, deverá ter existido pelo menos uma (mas acredito que tivesse sido mais do que uma) ida à Taiwan. Seria o que se esperaria em todos estes processos.

Gostaria de perceber, também, na própria definição de características, que foi feita pela JP Sá Couto, quais foram os valores que imperaram.

Percebemos há pouco que fizeram alterações devidas ao mercado. Falou-nos da questão do ecrã e do disco. Pergunto, também, se, ao nível de outras características, nomeadamente de *software* a disponibilizar, houve *inputs* por parte do que estava a ser definido nas boas práticas do Ministério da Educação, se tiveram algum contacto com algum representante do Governo na área educativa para perceberem qual era a melhor proposta a fazer e quais eram os melhores conteúdos a dotar o computador e as suas características.

Gostaria de perceber algo que, em todo este processo, não me é ainda claro.

No fundo, ODM é alguém que define as características, ODM é quem faz a preparação final do conteúdo do computador, eventualmente, alguma montagem de peças finais, não faz produção.

Em todos este processo, a JP Sá Couto não faz produção de computadores. Compra a ECS mediante as características que definiu, faz alguma montagem e coloca, depois, o conteúdo do *software*, a imagem de disco mediante os destinatários, mediante cada operador ou venda a retalho. Gostava que me confirmasse isto se é assim, se foi assim. Eventualmente, ao longo do percurso, poder-se-á ter alterado o processo, mas, pelo menos, no início, parece que teria de ser assim. Gostava que explicasse isso. Se é assim, se foi mudando ao longo do processo e qual foi a forma como foi mudando.

Depois, gostaria de referir aquele que é o dia fatídico que é o dia 31 de Julho, como não poderia deixar de ser.

**O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP):** — Dia de São Magalhães!

**O Sr. Pedro Filipe Soares (BE):** — Dia de São Magalhães, bem lembrado pelo Deputado Hélder Amaral.

Parece-me estranho que, sendo a Intel um parceiro da JP Sá Couto, que trabalhava com a Intel há mais de uma dezena de anos, venha a uma iniciativa em que a promoção é feita pela Youtsu, que é detida em 50% pela JP Sá Couto, não a convite da JP Sá Couto, mas a convite do Governo. Segundo nos foi dito ontem e hoje, vem sem ter nada a ver com a JP Sá Couto, sem querer ter nada a ver. No fundo, alugaram uma sala e depois deixaram que o Ministério também fizesse parte da festa. É como se tivessem marcado a festa, mas, depois, a música ficasse por conta de outros.

Gostaria de perceber como é que isto acontece. A vinda do Presidente da Intel, e sendo os senhores de quem a Intel estaria mais próxima, não é algo de somenos importância, nem é algo que aconteça sem uma preparação prévia que deveria ter acontecido também junto dos senhores. Disseram-nos que nada tinham a ver com o memorando de entendimento feito entre o Governo e a Intel, mas o memorando de entendimento acontece no dia 30 de Julho, quando já estão a preparar-se para se transformar de OEM para ODM, quando fazem especificamente uma oferta relativa ao 1.º ciclo do ensino básico, por isso, relativa aos alunos do e.escolinha, e em que o Governo e a Intel assinam um memorando que diz, entre outras coisas, que vão estimular o desenvolvimento de empresas empreendedoras portuguesas que possam incluir vendas, serviços locais, fabricação local, consultadoria, promoção, etc.

Dizem também que criam a tal iniciativa Magalhães, que é um programa de PC no âmbito da iniciativa Magalhães relativa a estudantes portugueses do 1.º nível do ensino básico, e um projecto-piloto que implemente conceitos de êxito do Programa e.escola, iniciativa Magalhães, pelo menos em cinco outros países.

Por isso, curiosamente, a estratégia de internacionalização do *Magalhães* que a JP Sá Couto já havia traçado e já havia preparado ao longo de meses, porque esta seria sempre a apresentação culminar de todo um processo de trabalho, aparece também vincada num memorando de entendimento entre o Governo e a Intel. Mas a JP Sá Couto diz-nos que nada tem a ver com o assunto, que o que o Governo e a Intel fizeram foi apenas entre o Governo e a Intel. Ora, não bate uma coisa com a outra. Alguém adivinhou alguma coisa. Ou a JP Sá Couto adivinhou que o Governo ia fazer um acordo nestes moldes com a Intel e preparou-se, ou, então, a Intel ou o Governo adivinharam que seria uma boa jogada de

*marketing* aproveitar-se dos esforços que a JP Sá Couto tinha feito para promover num memorando de entendimento, tendo em vista a tal internacionalização de um produto português, mas, no fundo, não tiveram grande coisa a ver, dado que o protagonista tinha sido a JP Sá Couto.

Na cláusula 4.º desse memorando de entendimento dizem que vão fazer planeamento para a aquisição de PC, formação e avaliação, PC que vão ser disponibilizados no âmbito da iniciativa Magalhães, que vão identificar o local OEM ou o importador registado e que essa identificação e formação do local OEM é para fornecimento, instalação e entrada em funcionamento em escolas.

O processo que estavam a fazer, que eram local OEM, de transformar um produto num ODM é, no fundo, o que eles também dizem que vão fazer, porque há um outro ponto que diz: «destinado a expandir o desenvolvimento de OEM/ODM portugueses». Percebemos que ou o *Magalhães* é feito à medida do acordo de entendimento entre o Governo e a Intel ou o acordo de entendimento entre o Governo e a Intel é feito à medida do *Magalhães*, porque eles vão na mesma corrente. É uma grande coincidência terem sido largados no mesmo ponto para irem na mesma direcção.

Por isso, não percebemos como é que, com tantas coincidências, nos vêm dizer, depois, que há uma diferenciação entre vontades como se fosse uma coincidência enorme ter acontecido no mesmo dia, na mesma iniciativa, a apresentação das várias vontades.

Faço outra questão. Foi-nos dito pela Caixa Mágica que a aproximação à JP Sá Couto foi feita na semana ou, quanto muito, nos 15 dias posteriores à apresentação do *Magalhães*, com a previsão de que já iria ser necessário para as características do e.escolinha o tal *dual boot*, a existência de um sistema operativo em *open source*. Isto levanta outra questão: como é que os senhores encetam uma relação comercial com a

Caixa Mágica, prevendo essa oferta no âmbito do e.escolinha, sem sequer terem conhecimento das características que iam ser requisitadas pelo Ministério da Educação?

Isto é algo que gostaria também que me explicasse, porque não me parece claro.

Termino, porque gostava de respeitar o tempo, pois penso ser um bom esforço para os trabalhos desta comissão, fazendo uma pergunta à JP Sá Couto enquanto produtor, mas enquanto parceiro na Youtsu sobre a clara coincidência de o preço final do *Magalhães*, com os custos de *software*, de *hardware*, de preparação de todos os sistemas de distribuição ser 213 € mais IVA, exactamente o mesmo preço, constante das características exigidas pelo Ministério da Educação que foram entregues aos operadores.

Por isso, se isto não são coincidências a mais, gostava de perceber o que é, porque me parece que, não sabendo de quem foi a culpa e de quem decorreu a iniciativa, as coisas foram feitas para dar continuidade a todo este processo.

A última pergunta é para perceber em que data é que foi apresentada a ideia do *Magalhães*, a ideia de um projecto para a 1.º Ciclo, com numa vertente de internacionalização ao Governo. Porque se foi o Dr. Paulo Campos o *pivot* na criação do memorando de entendimento com a Intel, gostávamos de perceber em que altura é que essa ideia foi apresentada ao Governo, que não aconteceu em Julho, é ainda anterior, e se foi ao Dr. Paulo Campos, se foi ao Plano Tecnológico, se a quem foi.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Jorge Couto.

O Sr. **Jorge Couto**: — Sr. Presidente, vou começar pelo fim.

Em que data apresentámos o projecto para o 1.º ciclo? Nunca apresentámos nenhum projecto para o 1.º ciclo ao Governo. O que apresentámos, como já referi, foi um projecto de ODM em Portugal, em que iríamos produzir computadores para crianças. São duas coisas completamente distintas, até porque as crianças podem ir um bocadinho mais além ou mais abaixo.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Essa apresentação foi a tal que aconteceu no início de Julho, ou foi anterior a isso?

O Sr. **Jorge Couto**: — Aconteceu no início de Julho, como já referi.

Relativamente à Youtsu, é evidente que o interesse da Youtsu era propor pelo preço máximo. Acima daquele preço não podia ser, só podia ir até ali, a partir dali já não entrava. A Youtsu está ali para ganhar o máximo de dinheiro possível, por que é havia de pôr um preço mais baixo se entrava por aquele preço, que era o preço máximo? Penso que o melhor é ser o Dr. Luís Cabrita a responder, porque ele sabe especificamente sobre isso.

Relativamente à Caixa Mágica, posso dizer-lhe que, a partir do dia 30 de Julho ia para Beijing ver a abertura dos Jogos Olímpicos, tinha férias e não tive uma coisa nem outra, porque foi tal a quantidade de empresas que nos começaram a bater à porta sobre isso, um deles foi o Dr. Paulo Trezentos.

O que o Dr. Paulo Trezentos disse foi: «Já ouvi falar disto pela imprensa. É uma coisa que me interessa vivamente e queria já começar a trabalhar. Inclusivamente, já contactei ou vou contactar o Ministério da Educação». O que lhe disse na altura foi: «Em termos de *Linux* não tenho experiência nenhuma e, como não tenho experiência nenhuma, posso recebê-lo, inclusivamente posso emprestar-lhe computadores, como fiz,

para testar». Aquilo que percebi foi que o *Linux* convinha ser adaptado a cada um dos computadores para ver se as variáveis estavam correctas, etc.

Disse-lhe que também tinha de ver outras alternativas de *Linux*, porque precisava de alguém que me aconselhasse. Foi na altura que pedi ao Gustavo Homem (penso que é Presidente da ESOP) uma reunião para falar um bocadinho sobre o *Linux*, o que é que havia de *Linux* em Portugal, como é que funcionava e fiquei a perceber mais um bocadinho. Até porque sabíamos que, se o negócio da Venezuela caísse, eles queriam um *software* livre. Embora fosse feito lá, eles ainda não tinham capacitação para fazer lá e eu tinha que ter mais elementos sobre *software* livre e pusemos mais uma outra entidade a trabalhar em *software* livre.

Acontece que o Dr. Paulo Trezentos é muito activo, penso que trabalhou bem no objectivo final, que foi o de ter sido introduzido, mais tarde, no Programa e.escolinha.

O Sr. **Presidente**: — Falta a questão do memorando com a Intel e a cerimónia de 31 de Julho.

O Sr. **Jorge Couto**: — Voltemos, então, à cerimónia. Normalmente, um *chairman*, quando vai a um país, não é um presidente, não é um vice-presidente. Tenho tido vários contactos... Um *chairman*, normalmente, é mais uma pessoa institucional e que normalmente vai falar com governos ou com grandes instituições e se eu pedisse à Intel para o *chairman* vir cá para a JP, como ele tinha uma agenda cheia, eu não conseguia trazer cá um *chairman* de certeza absoluta.

Relativamente ao evento, só posso falar do que sei, se são muitas coincidências ou não, não me compete a mim, mas aos senhores avaliar. Sei que foi assinado um memorando com a Intel, embora não saiba do conteúdo.

Sei que, depois, esse memorando apontava para ou um mais OEM e ODM (não sei se diz que é um ou mais).

Sei que a Intel mostrou a sua plataforma *Classmate* a vários intervenientes no mercado português. Não sei se esta Comissão vai ouvir a Intel ou não. Se calhar, é bom que eles esclareçam isso. É mais fácil para eles porque começo a fazer suposições sobre coisas que só faz sentido serem eles a falar.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** CDS-PP): — Mas se compararmos o Programa e.escolinha com o Programa e.escola e, segundo as datas que nos foram apresentadas aqui relativamente ao Programa e.escola, ele já estava a ser preparado antes de Maio de 2007 para ter início em Setembro de 2007, vemos que, na prática, o Programa e.escolinha (foi o que nos disse aqui) foi apresentado no dia 30 de Julho de 2008 para ter início em Setembro de 2008. Neste Programa e.escolinha, já estaria vertida a tal iniciativa Magalhães filha do memorando de entendimento da Intel com o Governo.

Por isso, ou era a JP Sá Couto que já tinha iniciado o processo de transformação, já era um OEM da Intel, já tinha preparado o processo de transformação de OEM em ODM, já tinha inclusive definido características e preparado todos os protocolos com produtores para produzir um computador que se adequava ao programa, não havia aqui grandes hipóteses de outra pessoa poder fazer os desenvolvimentos necessários nesse tempo tão curto.

O Sr. **Jorge Couto**: — O que posso dizer, relativamente a isso, é que a distribuição dos computadores começou não sei se foi no final do ano, se foi em Janeiro. Houve realmente, uma distribuição...

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Tivemos 3000 computadores distribuídos no dia 23 de Setembro de 2008.

O Sr. **Jorge Couto**: — Mas isso não é entendido como distribuição. Penso que foi mais para uma cerimónia para simbolizar o arranque do projecto, porque a distribuição foi feita muito mais tarde.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Compreendo a diferenciação que está a utilizar entre distribuição massiva ou apresentação do programa, mas, nas práticas, tivemos uma distribuição inicial de 3200 computadores no dia 23 de Setembro de 2008.

O Sr. **Jorge Couto**: — Sim, mas isso não é entendido como uma distribuição mesmo, penso que foi mais para uma cerimónia, na altura, para simbolizar o arranque do projecto, porque, realmente, a distribuição foi feita muito mais tarde.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Compreendo a diferenciação que está a fazer entre distribuição massiva e apresentação do programa, mas, na prática, tivemos uma distribuição inicial, de 3200 computadores, no dia 23 de Setembro. Isto foi o exemplo da implementação do programa e foi, no fundo, o tom do programa para o resto de toda a distribuição massiva.

O Sr. **Jorge Couto**: — Então, se calhar, se for à questão anterior é mais fácil, para perceber, que é a seguinte: nenhuma empresa fica ODM de Julho para Setembro, demora anos. Nós ainda não somos considerados ODM em pleno, porque ainda não temos algumas competências e temos de as adquirir. E, na altura, o que foi feito foi exactamente aquilo que referiu.

Nas primeiras entregas, foi um produto que veio semi-acabado, lá fora, e nós, nessa altura, funcionámos plenamente como OEM. Depois, fomos evoluindo e, neste momento, o que fazemos...

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Mas cujas características foram definidas por vocês, e esta é também uma das diferenças entre OEM e ODM.

O Sr. **Jorge Couto**: — Posso explicar isso.

No primeiro produto, nós entendemos que tivemos uma intervenção de adaptação; no segundo produto, o *Magalhães 2*, nós é que o desenhamos. É completamente diferente. Por isso, nós, no primeiro produto, em que já existia aquela plataforma, não podemos ser considerados um ODM, porque alguém já tinha feito aquilo; o segundo produto é desenhado e concebido por nós.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Qual é a diferença entre os dois produtos?

O Sr. **Jorge Couto**: — São completamente diferentes. O produto não tem nada a ver... O *Magalhães 2*... Não trouxe nenhum para mostrar, mas o...

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — O *Magalhães 2* é aquele que ainda não está a ser distribuído?! Ou, quando falamos do *Magalhães 1*...

O Sr. **Jorge Couto**: — Ainda não está, mas já está à venda, no retalho, há bastante tempo.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — No retalho, mas o que esteve no Programa e.escolinha foi o *Magalhães 1*?!

O Sr. **Jorge Couto**: — Exactamente!

Por isso, nessa altura, não nos podemos considerar o ODM do *Magalhães 1*. Porquê? Porque o ODM do *Magalhães 1* era, claramente, a Intel SCS (Setup and Configuration Service). Nós, o que fizemos, como já referi, foi fazer adaptações ao produto. Mantendo o mesmo «*chassis*», mantendo as mesmas características, fizemos adaptações, para que os mercados a que íamos o achassem, digamos, mais apelativo.

O Sr. **Presidente**: — Isso também responde à questão que foi colocada anteriormente, no sentido de saber se o computador foi mudando ao longo do processo. Portanto, essa questão também já está respondida.

Agora, temos só mais duas perguntas, uma no sentido de saber quais foram os valores que imperaram na definição de características e se houve *inputs* do Ministério da Educação...

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — E a explicação de todo o processo anterior, de criação da ideia, de execução da ideia...

O Sr. **Presidente**: — Essa é a primeira pergunta.

O Sr. **Jorge Couto**: — Relativamente ao nosso produto, nós nunca tivemos nenhuma interacção com o Ministério da Educação para definição de características, nem percebo muito a lógica de termos, porque aquilo é *hardware* puro. Não sei onde é que encaixa o Ministério da Educação, quando estamos a...

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Na parte da definição das características do *software*, que foi o que referi, porque a parte da definição das características de *software*, se vocês criam um produto para crianças...

O Sr. **Jorge Couto**: — Ok! Mas, repare, nós tínhamos o *hardware*, o *software* nós deixámos, como costumamos dizer, à vontade do freguês.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Mas vocês, a partir do momento em que prepararam uma venda para retalho, têm de ter colocado também *software* e têm de ter escolhido *software* para essa venda a retalho.

O Sr. **Jorge Couto**: — Sim, mas essa parte é muito mais simples para nós, porque nós temos grandes competências da Microsoft e é muito fácil pôr um *Windows*, que, na altura, era o *Windows XP*, no computador. É uma coisa que se faz em dois ou três dias e temos competências internas para poder fazer isso.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Falta a questão do processo de criação do *Magalhães* e de como foi sendo executado ao longo do tempo.

O Sr. **Jorge Couto**: — Penso que comecei por... mas eu volto atrás. O *Magalhães*, que, na altura, não se chamava *Magalhães*, porque o nome é a última coisa em que pensamos — pensamos num conceito que, normalmente, até tem um nome de código e, depois, só no final, é que definimos mesmo aquilo a que se chama o nome comercial —, foi-nos apresentado pela Intel, como já tinha referido, a nós e a outros OEM locais, em Dezembro de 2007. Nós achámos a ideia interessante, fizemos as alterações que vimos, fomos interagindo, obviamente, com a Intel...

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Peço desculpa, mas, já agora, gostava que me explicasse se foi a Intel que, em Dezembro de 2007, vos apresentou a ideia.

O Sr. **Jorge Couto**: — O produto era originário da Intel, por isso, só podia ser a Intel. O *reference design* do *Magalhães* advém daquilo a que se chama *Classmate*...

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Do *Classmate*, exactamente!

O Sr. **Jorge Couto**: — Por acaso, o *Classmate* vendeu muito menos, no mundo, do que o *Magalhães*, mas isto é outra questão. A Intel está um bocadinho ciumenta, porque o *Magalhães* já é mais forte do que o *Classmate*...

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Mas, então, em Dezembro, terão tido uma apresentação da Intel, que apresenta o *Classmate*, enquanto computador para crianças...

O Sr. **Jorge Couto**: — Não sei se foi numa apresentação, se foi numa reunião.

O que é que a Intel faz? Reúne regularmente connosco e mostra-nos os *rule maps*, os produtos, o que vai acontecer, o que não vai acontecer, em que é que estão a trabalhar. Faz isto com todos, que é para a gente se ir preparando. E, nessa altura, tivemos conhecimento disso.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Quando é que foi isso?

O Sr. **Jorge Couto**: — Em Dezembro de 2007.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — E depois apresenta a ideia no âmbito da Youtsu, de criação do...

O Sr. **Jorge Couto**: — A Youtsu nunca teve intervenção a nível de *hardware* do produto. As valências de *hardware* são próprias da JP Sá Couto.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Então, como é o processo daí para a frente? Vocês começam a pensar em alterar o *Classmate*, com características, entram em contacto com a SCS...

O Sr. **Jorge Couto**: — Há várias reuniões em que tenho de ir a Taiwan, tenho de ir também à China, porque em Taiwan não são feitas as coisas, as empresas são de Taiwan, onde têm os seus *offices*, mas, depois, é na China que se faz...

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — É o seu *offshore* e, depois, a parte onde produzem...

O Sr. **Jorge Couto**: — Uma série de questões que se prendiam com a qualidade, porque nós achávamos que o produto devia ser melhorado em alguns aspectos...

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — E essas viagens começaram quando? Pode precisar? Foi em Janeiro de 2008?

O Sr. **Jorge Couto**: — Fiz bastantes viagens, mas andei praticamente... Normalmente, ando metade do mês em viagem, mas fiz três ou quatro viagens só para tratar desse assunto.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — E começaram em Janeiro de 2008?

O Sr. **Jorge Couto**: — Não sei se foi em Janeiro ou Fevereiro, posso ver depois, mas foi logo, muito rápido.

É evidente que tivemos sempre interacção com a Intel, como não podia deixar de ser, dado que o produto era deles. Eu, para alterar um produto que é um *reference design* de uma empresa, tenho de lhes dizer: «Olhe, estou a pensar fazer isto. Vocês deixam-me ou não fazer?».

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — E vocês tiveram alguma vantagem com o Memorando de Entendimento que foi assinado entre a Intel e o Governo? Retiraram alguma vantagem desse memorando de entendimento ou isso aparece, no fundo, colado ao nome *Magalhães* e vocês não beneficiam nada dele?

O Sr. **Jorge Couto**: — Acho que não. Se não existisse aquele Memorando, para nós, era igual.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Já estava o processo em curso.

O Sr. **Jorge Couto**: — Não estou a ver qual é a diferença do Memorando. Aliás, com isto tudo, mais valia não ter existido, não é?! Porque estão a levantar-se estas questões, não é?!

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Jorge Couto.

Vamos começar, agora, a segunda ronda de perguntas, mas, antes, quero chamar à atenção dos Srs. Deputados que estamos há 2 horas e 30 minutos em reunião — tempo útil, porque tivemos o intervalo e começámos ligeiramente mais tarde —, pelo que, nesta segunda ronda, vou ser mais rigoroso na questão dos tempos. Faço, pois, um apelo para irem directamente às questões...

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Presidente, o Sr. Deputado Bruno Dias ainda estava inscrito...

O Sr. **Presidente**: — Ah! Peço desculpa, Sr. Deputado Bruno Dias, tem a palavra.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Bom dia, Sr. Presidente.

*Risos.*

O Sr. **Presidente**: — Isso foi às 10 horas da manhã, Sr. Deputado.

*Risos.*

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — É a primeira ronda.

O Sr. **Presidente**: — Peço imensa desculpa, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Não faz mal, Sr. Presidente.

Então, se me dá licença, cumprimento o Sr. Eng.º Jorge Couto, e vou colocar algumas questões que retomam alguns aspectos já aqui abordados.

A primeira questão que tenho a colocar tem a ver com o seguinte: cheguei aqui, de manhã, a pensar em que contexto é que se podia abrir a porta desta matéria, mas o PS já me ajudou e resolveu o meu problema, abriu essa porta e, agora, vou entrar por esse caminho, porque colocou a questão, e o senhor respondeu, do emprego gerado na sequência deste projecto, deste processo.

O Sr. Engenheiro disse, há pouco, se bem entendi, e peço-lhe a clarificação deste número, que, no pico de produção do *Magalhães*, estiveram em funções 189 trabalhadores. Não sei se percebi bem, mas gostava que confirmasse se foram 189, a somar aos 164 trabalhadores da empresa, da JP Sá Couto.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Bruno Dias, essa porta que está a abrir é uma porta que V. Ex.<sup>a</sup> quer abrir...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Estou a abrir, não, Sr. Presidente, já está aberta. Foi o PS que fez a pergunta e V. Ex.<sup>a</sup>...

O Sr. **Presidente**: — Não, não foi o PS que fez a pergunta. O PS fez um aparte em relação a essa matéria, só que isso não está...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Ah! Então, foi V. Ex.<sup>a</sup>?

O Sr. **Presidente**: — Não, foi sugerido aditar a questão fiscal e a questão dos trabalhadores e eu fiz eco, no microfone, daquilo que foi sugerido. Mas a questão é que isso não está no objecto da Comissão de Inquérito e, de resto, mesmo não estando, a informação já foi dada. Portanto, não vamos perder tempo com isso.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Então, Sr. Presidente, se não posso fazer a pergunta...

O Sr. **Presidente**: — Ó Sr. Deputado, pode!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Deixe-me apenas dizer que, se não puder fazer a pergunta...

O Sr. **Presidente**: — Essa pergunta já foi respondida.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Mas quero perceber se são 164 e mais 189 trabalhadores, porque, se a resposta for «sim», passo à próxima questão...

O Sr. **Jorge Couto**: — É evidente que sim.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Muito bem. Então, agora, a minha próxima questão tem a ver com um comentário, ou seja, aproveito o tempo para fazer um comentário.

Nós não temos rigorosamente nada contra as empresas portuguesas que investem, que cumprem a lei, que promovem o emprego — o emprego estável e com direitos, no respeito pela Constituição —, mas temos conhecimento, por trabalhadores que estiveram nesta Assembleia, no caso, por ex-trabalhadores da JP Sá Couto que foram para o desemprego, de que, já em pleno lançamento da iniciativa Magalhães, houve trabalhadores que tiveram contratos de 30 dias e, depois, passaram a contratos de 15 dias, houve trabalhadores que foram para o desemprego, e foram dezenas, e foram praticados salários abaixo daquilo que está estipulado para o sector das indústrias eléctricas, e não abaixo do sector do comércio, mas esta é

outra questão. Estas questões foram alertadas e denunciadas, por parte do meu partido, com trabalhadores que saíram e foram para o desemprego durante esta fase. Parece-me que houve um comunicado da JP Sá Couto, a anunciar que iria processar o meu partido, mas penso que, depois, isto acabou por não acontecer.

A pergunta que quero fazer, e que tem a ver com esta questão, é a seguinte: o crescimento da actividade da empresa, no âmbito deste processo, traduz-se ou não no crescimento do emprego estável? Isto é, 164 trabalhadores são os iniciais, mas a expansão e o crescimento da actividade da empresa vão ou não traduzir-se no aumento correspondente do emprego estável?

Duas outras questões, para terminar esta vertente, que estão relacionadas com esta matéria. Que razões levaram à opção da empresa por adquirir uma outra empresa do sector, nas proximidades, na região, e a encerrá-la — penso que a encerraram em Março de 2009? Que sinergias é que se poderiam colocar, relativamente à cadeia de valor e à própria produção, no âmbito deste projecto?

Segunda questão: foi no âmbito da iniciativa e.escolinha, e no quadro do financiamento da iniciativa e.escolinha, que os senhores tiveram apoios do QREN? É que foram anunciados fundos comunitários relativamente ao apoio à empresa JP Sá Couto e há uma listagem, no Ministério da Economia, que menciona o nome da vossa empresa, no quadro do QREN, sem publicar o valor, pelo que gostava de perceber se esse financiamento comunitário é no âmbito do e.escolinha ou noutra âmbito.

Agora, a questão da apresentação do projecto ao Secretário de Estado Paulo Campos. O Sr. Engenheiro disse que, em meados de Julho de 2008, os senhores falaram com o Secretário de Estado Paulo Campos, não para apresentar um projecto *x* ou *y* mas, sim, para pedir o apoio do Governo para a internacionalização da actividade da empresa na produção de

computadores. O senhor, aliás, deixou isto bem claro e referiu-o algumas vezes, até agora, nesta reunião. Ora, o meu problema é este: se a acção do Governo, no fomento à actividade económica e à indústria, é uma responsabilidade do Ministério da Economia, se a cooperação e a diplomacia económica é uma responsabilidade do Ministério dos Negócios Estrangeiros, se o apoio à internacionalização das empresas portuguesas é uma responsabilidade da agência AICEP, então, como é que os senhores foram ter, exactamente, com o Dr. Paulo Campos, que nada tem a ver com nenhuma destas coisas?! Gostava que nos explicasse, porque, se tivesse dito «fomos parar ao Secretário de Estado Paulo Campos, depois de falarmos com uma data de gente, que disse que não ia resolver nada», continuaria a ser um bocadinho estranho, mas, se foram direitos ao Dr. Paulo Campos, quando o problema era a internacionalização da actividade económica e da produção de um computador, gostava que pudesse esclarecer a forma como chegaram a essa reunião e como surge a primeira iniciativa que vai desembocar nessa reunião com o Dr. Paulo Campos, em meados de Julho, alguns dias antes da tal sessão do Pavilhão Atlântico. Aliás, esta questão colide... Nós estivemos cá ontem, ao fim da tarde, e ouvimos o Prof. Luís Cabrita, que é, digamos assim, o seu parceiro no ACE, a Youtsu, que nos disse que foi exactamente para apresentar um programa voltado para a educação, em que uma das vertentes era um computador vocacionado para o 1.º ciclo do ensino básico, mas esse computador estava integrado num programa global de utilização das TIC na educação. Ou seja, o Prof. Luís Cabrita disse exactamente o contrário daquilo que, até agora, ouvi o senhor dizer, duas ou três vezes.

Portanto, a pergunta que faço, em concreto, é a seguinte: como é que explica esta contradição? E, quando está a dizer «nós fomos falar com o Dr. Paulo Campos», refere-se a quem? À JP Sá Couto, de forma completamente desgarrada do consórcio Youtsu, que estabeleceu com a

Prológica?! Os senhores trataram de uma coisa e a Prológica tratou de outra e encontraram-se no Pavilhão Atlântico, no dia 30?!

Por outro lado, a JP Sá Couto não sabia de nada em relação ao Memorando de Entendimento que o Governo e a Intel, juntando o útil ao agradável, como disse há pouco, aproveitaram para assinar, na sessão de 30 de Julho, no Pavilhão Atlântico — sessão, esta, que foi organizada e promovida pelos senhores. Ora, como é que isto acontece, quando esse entendimento tinha tudo a ver com os senhores?!

O senhor diz que não tem rigorosamente nenhuma vantagem e que até preferia que não tivesse havido este Memorando de Entendimento entre o Governo e a Intel. Ora, neste Memorando de Entendimento, de que já foram lidas várias cláusulas e vários compromissos, consta o compromisso do Governo em lançar e promover o *Magalhães*, a nível nacional e internacional — o *Magalhães* é uma marca vossa, Sr. Engenheiro! —, bem como o planeamento, o desenvolvimento e o lançamento de iniciativas de cooperação noutros países, por forma a permitir-lhes participar na iniciativa Magalhães. Dois meses depois, os senhores assinam um acordo com a Intel que corporiza e concretiza este compromisso que o Governo assumiu, na vossa casa, ou, melhor, na vossa, que tinham arrendado para aquele dia. Arrendaram o Pavilhão para aquele dia e, nesse dia e nesse momento, o Governo e a Intel assumem o compromisso que se traduz, dois meses depois, no acordo que os senhores assinaram com a Intel. Ora, pergunto: foi depois de os senhores estarem no Pavilhão Atlântico que começaram a conversar com a Intel? Pareceu-me que não, pelas respostas que deu. Isto era uma negociação, era um entendimento que já vinha sendo construído, gradualmente, entre a JP Sá Couto e a Intel, que tinha a propriedade intelectual do *Intel Classmate*, que, em Portugal, se tornou *Magalhães*. Portanto, deste ponto de vista, como é possível que haja um entendimento, relativamente ao qual o senhor nada diz ter a ver e de nada saber, que se

traduz exactamente naquilo que o senhor, depois, acorda com a mesma entidade, que vai, sem que os senhores soubessem, à casa que os senhores arrendaram, no dia 30 de Julho, e que é a Intel?! Pergunto-lhe se ficou surpreendido por ver o administrador da Intel Internacional, Craig Barrett, no Pavilhão Atlântico, que o senhor tinha arrendado?!

A questão é esta: há pouco, falou na condição mais institucional de *chairman* da empresa. Compreendo isso e é verdade que, em muitas empresas, normalmente de maior dimensão mas não só, existe a figura do *chairman* e existe a figura do administrador executivo. E o senhor diz que, relativamente ao conhecimento e à intervenção directa, embora não houvesse limitação, a vertente que o senhor desenvolvia era uma vertente mais institucional. Ora, o que lhe pergunto é se haverá, na JP Sá Couto, alguém que saiba mais sobre isto do que o senhor, que seja preciso cá chamar.

**O Sr. Presidente:** — Atenção ao tempo, Sr. Deputado.

**O Sr. Bruno Dias (PCP):** — Tendo em conta que há uma negociação de alguns meses, pelo menos — sejamos realistas! —, pois o processo nasce em Dezembro de 2007 ou Janeiro de 2008, em que a empresa SCS tem os direitos de fabricante, digamos assim, do *Intel Classmate*, para produção, e que, depois, a partir daí, a JP Sá Couto chega à Intel, que tem os direitos de propriedade intelectual, é a autora da própria ideia do *Intel Classmate*, como é que, ao mesmo tempo, o Governo está a negociar com a Intel e isto, depois, resulta na actividade que os senhores terão a nível internacional, com a chancela e o apoio do Governo? Nós ficamos com a afirmação, que é muito difícil de enquadrar, de que um não sabia o que o outro estava a fazer, mas, deste ponto de vista, há uma clarificação que, naturalmente, é necessária.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Jorge Couto.

O Sr. **Jorge Couto**: — Sr. Presidente, já agora, só uma clarificação, não sou engenheiro, mas não me importo que me chamem. Não há problema.

*Risos.*

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Fica rectificado, Sr. Jorge Couto.

O Sr. **Jorge Couto**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Bruno Dias, começo pela última questão, que me parece já ter sido aqui abordada muitas vezes. Então, há um memorando de entendimento da Intel com o MOPTC, inclusivamente falam em *Magalhães* e, depois, vocês... Penso que o melhor é esclarecerem isso com a Intel, porque nós não tínhamos mesmo... Não lhe vou dizer que tinha, quando não tinha, nem há ninguém, na minha empresa, que saiba mais disto do que eu, porque a relação que é mantida com a Intel, normalmente, é directamente comigo. Posso, depois, vir cá, posteriormente, mas penso que deviam ouvir o que a Intel tem a dizer sobre isto, porque é que lá puseram, para, depois, tirarem alguma conclusão. Não posso!

Relativamente... Desculpe mas perco-me um bocadinho nas perguntas... Porquê o MOPTC e não outros? Por que é que não foi o... Porque o MOPTC é que tinha a cargo o e.escola, que tinha sido muito visível e toda a gente queria vir ao MOPTC conhecer o que tinha sido feito com os computadores e com as operadoras, e, realmente, o MOPTC foi central nestas questões, quando se tratava de computadores com ligação de banda larga. Daí a ligação ao MOPTC, não é?! É porque era o MOPTC que

titulava isto e houve várias empresas estrangeiras, houve vários estrangeiros que vieram a Portugal ter com o MOPTC, para saberem como é que, realmente, se tinha conseguido chegar a isto.

Não sei se há mais alguma pergunta que tenha a ver directamente...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Peço desculpa, mas chegou a estabelecer contacto com outras entidades, no Estado, ou foi só com o Ministério das Obras Públicas que falou sobre a internacionalização da empresa?

O Sr. **Jorge Couto**: — Com o Ministério das Obras Públicas, até porque é o que decorria já do e.escola, que era tutelado pelo Ministério das Obras Públicas.

Relativamente a outra...

*Entretanto, reassumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Pedro Filipe Soares.*

O Sr. **Presidente**: — Nas notas que tenho, uma das perguntas ia no sentido de saber se tinha ficado surpreendido por ver o administrador da Intel no Pavilhão Atlântico.

O Sr. **Jorge Couto**: — Se tinha ficado surpreendido...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Se, para si, foi uma novidade e uma surpresa saber que ia estar o...

O Sr. **Jorge Couto**: — Tive oportunidade de o conhecer nessa altura.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Foi nessa altura que o conheceu?

O Sr. **Jorge Couto**: — Tive oportunidade de o conhecer nessa altura, depois, estive com ele mais uma ou duas... Ele, agora, já nem sequer é *chairman* na Intel.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Mas não tinha sido informado, previamente, do percurso que ia dar a essa assinatura do memorando entre o Governo e a Intel?

O Sr. **Jorge Couto**: — Não. Sabia anteriormente que o *chairman* da Intel cá vinha, obviamente, porque a Intel informou-me.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — A Intel informou a empresa?

O Sr. **Jorge Couto**: — Sim, sim! A Intel informou-nos de que o *chairman* deles cá vinha.

O Sr. **Presidente** (Pedro Filipe Soares): — Sr. Jorge Couto, tenho aqui mais uma pergunta sobre a contradição com o Prof. Luís Cabrita.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Se me permite, Sr. Presidente, posso enquadrar.

O Prof. Luís Cabrita, ontem, deu conta de um programa integrado e mais abrangente voltado para a educação. Como disse agora que só tinham de tratar da parte da produção de computadores, aquilo que perguntei foi se a JP Sá Couto tratou de uma coisa e a Prológica tratou de outra e qual o enquadramento que este programa mais abrangente tinha no consórcio que os senhores tinham, em 50/50, digamos assim, com a Prológica.

O Sr. **Jorge Couto**: — Realmente, o nosso interesse principal era aquele que acabei de dizer...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — «Nosso», da JP Sá Couto?!

O Sr. **Jorge Couto**: — Nosso, da JP Sá Couto.

Evidentemente, não sei se o Luís Cabrita esteve presente, mas penso que deverá ter estado presente nessa reunião — não faço ideia, porque não estive, não estava cá —, mas é evidente que a parte da Prológica tem a ver com a complementação do projecto do computador. Por isso, nós falamos daquilo que nos interessa e a Prológica fala daquilo que mais lhe interessa, como é normal, não é?! Como se costuma dizer, «cada um puxa a brasa à sua sardinha».

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Mas, neste caso, o «fogareiro» era dos dois, porque havia um consórcio entre a Prológica e a JP Sá Couto.

O Sr. **Jorge Couto**: — Sim, sim.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Como é que isto era articulado entre os dois parceiros?

O Sr. **Jorge Couto**: — Como era articulado entre nós e a Prológica? Essa reunião foi uma reunião que tivemos em conjunto e eu posso falar da área em que estou e eles podem falar da área que lhes é mais querida. De pormenores não me recordo, até porque já foi há muito tempo.

O Sr. **Presidente** (Pedro Filipe Soares): — Tenho a indicação de que todas as questões foram respondidas. Confirma, Sr. Deputado Bruno Dias?

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Não, Sr. Presidente, há uma questão concreta, que tem a ver com apoios do QREN, relacionados ou não com esta iniciativa; há outra questão concreta, que tem a ver com o processo de aquisição e encerramento de uma outra empresa, por parte da JP Sá Couto; e há uma terceira questão sobre perspectivas de expansão da empresa e correspondente expansão do emprego estável na empresa. Tenho aqui estas três perguntas, pelo menos, como não tendo sido abordadas.

O Sr. **Presidente** (Pedro Filipe Soares): — Sr. Deputado Bruno Dias, dessas três perguntas só a última é que faz parte do âmbito desta Comissão. Por isso, Sr. Jorge Couto, pode não responder.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Só a última?! Sr. Presidente, peço desculpa, qual é a que faz parte?

O Sr. **Presidente** (Pedro Filipe Soares): — A última que referiu, Sr. Deputado, sobre a expansão da empresa.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Desculpe, Sr. Presidente, mas o financiamento comunitário e o QREN, no âmbito desta iniciativa, o facto de estar ou não presente, penso que tem tudo a ver com esta Comissão de Inquérito.

*(Por razões de ordem técnica, não foi possível registar as palavras do orador).*

... porque há a publicação, pelo Ministério da Economia, de fundos comunitários para esta empresa, em concreto, mas não se fala da utilização e do valor. Foi esta a razão que me levou a fazer a pergunta.

O Sr. **Presidente** (Pedro Filipe Soares): — Peço desculpa, Sr. Deputado, mas com o barulho da sala, não consigo perceber.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Então, esclareço, Sr. Presidente.

Nós soubemos, e temos a cópia, de uma publicação, por parte do Ministério da Economia, na gestão dos fundos comunitários do QREN (Quadro de Referência Estratégico Nacional), que inclui, entre várias empresas, a JP Sá Couto. A pergunta que tinha feito era no sentido de saber em que contexto é que existe este financiamento comunitário e se tem ou não relação directa, correspondência directa com a iniciativa Magalhães e a produção desta oferta, integrada no e.escolinha.

O Sr. **Presidente** (Pedro Filipe Soares): — Essa é uma das perguntas, a outra pergunta é a da expansão.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Outra é a questão da expansão, que, naturalmente, está relacionada com a possibilidade de sinergias que existiam numa outra empresa, que, entretanto, foi adquirida mas, logo, depois, encerrada pela JP Sá Couto.

O Sr. **Presidente** (Pedro Filipe Soares): — Compreendo que estas questões possam parecer dúbias, mas o Sr. Jorge Couto já referiu que aceita responder, pelo que não precisamos de alongar mais esta discussão.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Já agora, Sr. Presidente, para esclarecer, a empresa que referi que tinha sido adquirida e encerrada era a Micro-Máquinas.

O Sr. **Jorge Couto**: — Relativamente ao QREN, que eu saiba, até hoje, ainda não assinámos nada. Pode realmente haver um projecto, mas não está assinado e esse projecto tinha a ver, obviamente, com nova fábrica que estávamos a pretender fazer.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Com a nova fábrica que...?

O Sr. **Jorge Couto**: — Com nova fábrica que pretendemos fazer.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Que pretendem fazer.

O Sr. **Jorge Couto**: — Que pretendemos fazer.

*Entretanto, reassumiu a presidência o Sr. Presidente Miguel Macedo.*

O Sr. **Presidente**: — Já terminou, Sr. Deputado?

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Falta só a questão da expansão da actividade da empresa e a perspectiva decorrente desta iniciativa, inclusive na internacionalização.

O Sr. **Jorge Couto**: — Relativamente à expansão, evidentemente que queremos crescer. O que temos ganho neste momento mais e o que temos ganho em valor são normalmente quadros formados, porque o que

precisamos é para concepção, desenvolvimento, etc. Inclusivamente, já aproveitámos algumas das pessoas, porque lá trabalhavam para exercer essas funções. E a nossa expansão vai passar por aquilo a que chamamos fazer parcerias com outros países, também incentivando que uma parte seja fabricada no país de forma a que eles façam crescer a sua economia.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, agora, sim, terminou a primeira ronda de perguntas. Lembro que são 13 horas e 15 minutos e que vamos ter de ser rigorosos nos tempos da segunda ronda. Vamos fazer um intervalo de dois minutos, mas peço aos Srs. Deputados que, na segunda ronda, vão directos às questões, ponham as perguntas de uma forma muito concisa e, de preferência, evitem fazer repetições em relação a questões que já foram colocadas. O nosso debate tem de estar terminado às 15 horas para estarmos no Plenário. Portanto, sem prejuízo dos trabalhos da Comissão, penso que podemos aprimorar a capacidade de fazer as perguntas para obter as respostas que interessam à Comissão nesta segunda ronda.

Portanto, o facto de terem 5 minutos para fazer as perguntas, não quer dizer que os tenham de gastar. O talento de VV. Ex.<sup>as</sup> certamente condensará em menos tempo do que isso as perguntas que ainda ficaram por fazer.

Vamos, assim, interromper os nossos trabalhos.

*Eram 13 horas e 17 minutos.*

Srs. Deputados, está reaberta a reunião.

*Eram 13 horas e 25 minutos.*

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Costa. Dispõe de 5 minutos rigorosos, que espero que não sejam usados.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Sr. Presidente, serei mais rigoroso no cumprimento do tempo do que foi agora na interrupção dos trabalhos por dois minutos.

O Sr. **Presidente**: — Encaixo essa, Sr. Deputado...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Mas vou compensar, porque não vou gastar os 5 minutos. Só tenho duas perguntas a fazer.

Volto à questão do memorando da Intel. Vamos receber a Intel na próxima semana e é importante esclarecer esta matéria, porque, como é natural, iremos repetir com Intel algumas das perguntas que temos feito a outras pessoas. Não se admire de lhe fazermos às vezes perguntas que já tenha visto na televisão fazermos a outros. Uma comissão de inquérito é exactamente assim.

O memorando com a Intel diz que as partes, isto é, o Governo e a Intel, determinarão as tarefas de cada um e que as tarefas devem incidir na identificação do LOM (*LAN on motherboard*) importador registado e na identificação e informação do LOM para o fornecimento, a instalação interna e o funcionamento das escolas. Quem é que veio a ser identificado neste processo? Foi a JP Sá Couto. Por isso é que estranho que tenha dito há pouco que existir ou não memorando lhe era indiferente, que se calhar até era melhor não ter existido memorando. Ora, de acordo com o que aqui está, o memorando existe, foi assinado com aquela pompa e circunstância, e foi cumprido com a indicação da JP Sá Couto exclusivamente. Não sabemos de outra entidade. Esta é, portanto, uma pergunta concreta relativamente à Intel.

Segunda pergunta concreta: pelo que percebi há pouco da resposta que deu Deputado Bruno Dias, confirmou que a apresentação ao Governo de todo este processo *Magalhães*, que não só do projecto global, foi feito com o Secretário de Estado Paulo Campos. Como é que isto aconteceu? Quem é que lhe marcou a reunião?

Terceira e última pergunta: veio também nos jornais que a Intel teria anunciado que pretende aplicar chips multifuncionais em sistemas de entretenimento e informação de automóveis. Ora, como está a correr um processo dos chips para as matrículas electrónicas, pergunto-lhe se a JP Sá Couto está envolvida neste processo dos chips para as matrículas electrónicas.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Jorge Couto.

O Sr. **Jorge Couto**: — Sr. Presidente, relativamente à terceira pergunta, não, não estamos envolvidos nem sabemos...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Jorge Couto**: — Não.

No que se refere a quem marcou a reunião, penso que foi o Sr. Luís Cabrita. Não tenho a certeza, mas posso verificar. Podemos reunir, pergunto-lhe se se lembra e depois comunicar isso.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Não estou a perguntar quem marcou a reunião da vossa parte.

Foi contacto directo? Há algum intermediário na marcação dessa reunião?

O Sr. **Jorge Couto**: — Não sei, porque não fui eu que marquei. Não sei se foi directamente com o Dr. Paulo Campos.

Quanto ao memorando, há pouco disse que se calhar era melhor não ter havido memorando, porque considero que com ou sem memorando temos de dar valor à nossa empresa e penso que conseguimos fazer exactamente o mesmo. É só nesse aspecto que estava a referir.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Mas foram, de facto, a única empresa identificada como LOM pela Intel, em Portugal.

O Sr. **Jorge Couto**: — Mas nunca nos disse «vocês foram identificados como». Nunca nos disse. A única coisa que sei é que assinámos um documento (que já tive oportunidade de ceder) para poder fabricar e poder dar-se o porte ao nosso computador.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Jorge Couto**: — Sim.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem. Está, então, respondido.

Tem a palavra o Sr. Deputado Ramos Preto.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Sr. Presidente, tenho duas ou três perguntas que dependem de uma prévia.

A primeira pergunta é: desde quando é que tem relações com a Intel?

O Sr. **Jorge Couto**: — Já há muito tempo. Pelo menos, desde a nossa marca, que data de 1994.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Portanto, está a dizer-me que tem relações com a Intel desde 1994?

O Sr. **Jorge Couto**: — Sim.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Isto é determinante, porque está quase a criar-se a ideia de que só tiveram relações com a Intel com este memorando. Portanto, desde 1994 que a JP Sá Couto tem relações com a Intel. Estou esclarecido.

Segunda questão: disse há pouco que a Intel também mostrou a sua plataforma a diversos intervenientes. Não consegue identificar quais são?

O Sr. **Jorge Couto**: — Certo. Eram os outros... Penso que eles vão cá estar e vão conseguir dizer exactamente quem são.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Perguntarei isso, porque...

O Sr. **Jorge Couto**: — Quando disse que apresentou é o seguinte: eles normalmente, quando apresentam uma plataforma, vão a esta empresa e apresentam, àquela empresa e apresentam e àquela empresa e apresentam e às vezes fazem eventos em que apresentam a todas.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Sim, mas é que há a ideia de que só apresentaram a uma. Portanto, parece que apresentaram a mais. Perguntarei isso à Intel.

Os apoios, no sentido do relacionamento, que a JP Sá Couto tem da Intel são diferentes (se conhecer o mercado, porque pode não conhecer) das relações que a Intel mantém com outras empresas a nível mundial, com outros produtores?

*Aparte inaudível na gravação.*

Pode saber, pode conhecer outros concorrentes.

O Sr. **Jorge Couto**: — Penso que não, porque a Intel tem regras muito estritas relativamente a poder favorecer este ou aquele. Eles são muito correctos nessa área.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Muito bem.

Qual foi a variação de trabalhadores (há pouco não disse) para os que têm hoje? Ou seja, aumentaram os trabalhadores ou não?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, essa questão não está no objecto do inquérito.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Muito bem. Nesse caso, retiro-a, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Caso contrário, o Sr. Deputado Bruno Dias fará já um apontamento de discriminação.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Sr. Presidente, tomo nota da sua doura apreciação.

O Sr. **Presidente**: — V. Ex.<sup>a</sup> é tão cioso do objecto do inquérito, que não o quero fazer decair nessa matéria.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Sr. Presidente, tomo nota e agradeço-lhe a sua preocupação. Retiraremos estes dados dos boletins do Ministério do Trabalho.

O Sr. **Presidente**: — Também já foi dito: passou de cerca de 160 para mais 189 trabalhadores. Estou a dizer de cor, mas foi nesta ordem de grandezas.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Mais 189 trabalhadores que não estão no fundo de desemprego.

Eram só estas as questões que queria colocar. Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estamos fantásticos nesta segunda ronda de perguntas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Presidente, também para ser muito rápido, queria esclarecer algumas coisas.

Não estive presente na audição do Sr. Luís Cabrita (tive de ver a acta), mas ele dizia coisas diferentes do que diz V. Ex.<sup>a</sup>. Ele dizia que o conhecimento que teve do Programa e.escola foi da mesma forma que nos explicou, mas quando passou para o e.escolinha intitula esse conhecimento como conhecimento empírico, do género «nós percebemos que vinha aí qualquer coisa». Portanto, esse «qualquer coisa» é o tal e.escolinha.

Separo sempre as coisas: *Magalhães* é uma coisa, e.escola é outra e o e.escolinha é outra, porque o e.escolinha é uma acção do Governo e,

portanto, o Governo, com esse programa, devia dizer «queremos fazer esse programa, a essa data não pode escolher nenhum parceiro preferencial nem ninguém». Ou seja, tem de dizer «queremos fazer isso» e depois tem de esperar que o mercado possa livremente esgrimir as suas razões e as suas capacidades para fazer.

A dificuldade que temos hoje e vamos continuar a ter é que não ficou muito claro se isso assim aconteceu. Vamos ter de fazer perguntas a outras entidades, nomeadamente ouvir outra vez o Presidente da Fundação e, porventura, até o Secretário de Estado que virá cá. A sensação que dá é que, a determinada altura, sem que consigamos precisar quando, há aqui uns «vasos comunicantes». Porquê? Porque não nega e acabou de dizer que tem uma relação longa com a Intel. Olho para o vosso acordo com a Intel e é parecido com o memorando de entendimento. O vosso acordo (embora ainda não o tenha lido todo) supunha a produção e distribuição do *Magalhães*. O memorando de entendimento entre o Governo e a Intel e diz «memorando de entendimento e escola/iniciativa Magalhães».

Sei que a promoção de uma marca custa muito dinheiro e que as empresas investem fortunas nisso. Por isso, vou dar de barato que a JP Sá Couto tenha dado como bom que o Governo tenha assumido como sua a marca *Magalhães*, a tal marca que os senhores registaram. Mas pergunto-lhe se, de facto, vão continuar assim, porque o *Magalhães* começa a ganhar uma grande dimensão e gostaria de saber se o departamento jurídico da JP Sá Couto pondera ou não evitar que o nome e a marca *Magalhães* seja usada livremente quer pelo Governo português quer por outras entidades. Julgo que para uma empresa que tem uma gestão...

O Sr. **Jorge Couto**: — *(Por não ter falado ao microfone não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Não. É que o nome *Magalhães* aparece... Por isso, pergunto-lhe: tem algum acordo com a Microsoft? A Microsoft não é propriamente o Governo português e também utiliza a iniciativa Magalhães e o nome *Magalhães*. Portanto, se usa, usa abusivamente, a não ser que haja acordo entre a JP Sá Couto e a Microsoft para o efeito.

Por outro lado, é muito estranho não terem ideia sobre essa data. Dizem que souberam no dia 30, apesar de terem pago, apesar do Ministério das Obras Públicas ter feitos convites. Porventura, disse ou não disse quem é que pensava convidar, nem que fosse para terem uma noção de quem é que ia estar na festa. Já me disse que algumas notícias são falsas, mas vou ressaltar uma do dia 28, em que não só era dada nota do Sr. Presidente da Câmara, muito contente, com o investimento importante que ia surgir, como era anunciado, nessa altura, por vós, que ia estar em Lisboa, no Pavilhão Atlântico... Ou seja, já estava aqui anunciada a festa. Por isso, acredito que foram os senhores que a idealizaram, porque já estava anunciado que ia estar o Sr. Craig Barrett, que ia ser apresentado o tal *Magalhães* que era a transposição do *Classmate*, cuja licença presumo que seja a vossa, que sejam vocês os detentores. Já agora, também gostava de saber se são, porque o *Classmate* é, no fundo, este produto.

Portanto, como já estava tudo aqui especificado, estranho como é que nos diz que só souberam no dia 30, quando são os senhores que anunciam, dias antes, toda a cerimónia, o que ela ia incluir, o sítio onde se realizava, que estaria presente o Sr. Primeiro-Ministro e os Srs. Ministros das Obras Públicas, da Economia e da Educação. Portanto, havia aqui, pelo menos, indicação.

Gostava de lhe perguntar ainda se o Governo vos comunicou ou alguém do Governo vos informou por que é que agora iria haver concurso. Vocês são a empresa que praticamente detém, por inércia da concorrência

ou por mérito vosso, não importa aqui, o monopólio deste produto, feito sem nenhum tipo de concurso, pura e simplesmente jogando as regras do mercado. Assim, gostaria de saber se alguém do Governo, e quem, vos explicou por que é que agora há concurso, o que vos levou, obviamente, a preparar o caderno de encargos, a levantar o cadernos de encargos e a concorrer. Gostava, portanto, de saber se há alguma explicação sobre a matéria.

Para terminar, falou que estavam a preparar o *Magalhães 2* ou uma nova versão do *Magalhães*. Gostava de saber se se trata de um produto também ligado ou ancorado nalgum novo programa do Governo, para outra faixa etária ou para outra faixa da sociedade, ou se é, pura e simplesmente, um produto mais uma vez da JP Sá Couto com os seus associados. Essa resposta é importante para não sermos confrontados, daqui a uns meses, com o Eng.º Sócrates a promover o *Magalhães 2* como uma iniciativa do Governo. Assim, já ficamos esclarecidos à partida.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Jorge Couto.

O Sr. **Jorge Couto**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, vou começar pela última pergunta relativamente ao *Magalhães 2*. A única coisa que fizemos foi apresentar agora, no concurso, e lançá-lo no retalho. Por isso, não sei de nenhuma iniciativa no sentido de que estejam a ponderar utilizar o *Magalhães 2*. Mas, se houvesse, gostávamos de participar, porque vendíamos mais.

Pergunta se o Governo nos comunicou. Não. Soubemos quando o Ministério da Educação disse que iria haver um concurso. Se bem que

penso que nos jornais já se falava nessa questão antes, que ia ser um concurso, etc.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Tem alguma opinião sobre isso? Esse é livre.

O Sr. **Jorge Couto**: — Não tenho opinião, porque me transcende completamente. Para a JP Sá Couto é perfeitamente indiferente. Estamos a concorrer a concursos noutros sítios do mundo. A concorrência é assim e temos de ser concorrenciais e produzir produtos que sejam concorrenciais se queremos estar no mercado. O mercado é aberto relativamente a isso.

Quanto a haver acordo entre a Microsoft e a JP sobre o *Magalhães*, não sei se se refere à altura do evento em que também esteve cá o *chairman* da Microsoft ou não.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — O vosso acordo tem data diferente, embora seja depois assinado, como disse, por uma questão de testemunhar, no mesmo dia.

O Sr. **Jorge Couto**: — Estou a falar com a Microsoft.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — O acordo da Microsoft é assinado entre o Sr. Craig Barrett e o Ministério das Obras Públicas.

O Sr. **Jorge Couto**: — Estou a falar do da Microsoft.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Ah! O da Microsoft não. O da Microsoft é um acordo do Governo, Ministério das Obras Públicas, com a

própria Microsoft, em que fala, todo ele, na iniciativa e.escolinha e na iniciativa Magalhães.

O Sr. **Jorge Couto**: — Penso que houve uma cerimónia relativamente a isso. Não sei se houve ou não...

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): — Coloco esta questão porque a marca *Magalhães* é uma marca vossa, registada. Ver uma empresa, como a Microsoft, utilizá-la... Perguntei, por isso, se havia ou não algum acordo entre a JP Sá Couto e a Microsoft.

O Sr. **Jorge Couto**: — Não temos nenhum acordo com a Microsoft relativamente ao *Magalhães*. Temos os nossos acordos normais, os nossos contratos normais de sistemas operativos. Como já referi aqui, houve realmente acordos, notícias, uma panóplia de coisas que falaram no *Magalhães* com as quais fomos surpreendidos. E este é um caso, porque foi completamente à revelia do que é a nossa marca.

O Sr. Deputado colocou mais uma pergunta que é também muito pertinente e que tem a ver com a JP Sá Couto e o futuro. O *Magalhães* foi realmente levado com muito carinho por este Governo. Nós temos a nossa agenda comercial própria, porque é extremamente importante fazermos o nosso trabalho. É evidente que, como alavanca, foi importante, mas temos o nosso caminho a seguir, independentemente do governo *a*, do governo *b*, ou do governo *c*.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Jorge Couto, há pouco, falávamos sobre as características, a definição de características, pediu-nos para dizer, inclusive, as características, porque considerava que haveria mais computadores para fazer frente às características e para poderem ser opções no âmbito da escolha, mas essa é uma posição diferente ou, pelo menos, parcialmente diferente da que nos foi dada ontem por quem efectivamente recebeu as características, que foi o Prof. Luís Cabrita no âmbito da Youtsu. Ele, sim, recebeu dos operadores as características e disse-nos que as características só eram passíveis de serem cumpridas pelo *Classmate*. *Classmate* que, em Portugal, se chama *Magalhães*, porque foi esse o corpo que ele adquiriu quando veio para Portugal.

Por isso, quando percebemos que é iniciativa da Intel a apresentação do *Classmate* e a possibilidade de desenvolvimento dos produtos na sua customização cá, em Portugal; quando vemos o Governo assinar um memorando de entendimento com a Intel, onde (e considero curiosa esta parte) fala na escolha de um local OEM... Refere vários ODM, mas a um local OEM, que, como nos disse há pouco, é a função que ainda hoje a JP Sá Couto assume cá, em Portugal, como sendo o local OEM do *Classmate* da Intel. Esse assinar do memorando de entendimento é feito numa iniciativa paga pela Youtsu, da qual a JP Sá Couto faz parte, e onde apresenta o *Magalhães*, que é esse tal *Classmate* e a representação do computador para crianças em Portugal. Nessa iniciativa, é feita a assinatura de um protocolo com os operadores para a criação do Programa e.escolinha, cujas características — como percebemos depois e foi confirmado pelo Prof. Luís Cabrita — só eram supridas, incluindo o preço, pelo *Classmate AKA*, também conhecido como *Magalhães* cá, em Portugal. No entanto, diz-nos que a JP Sá Couto nada teve a ver com a Intel e com a

assinatura do memorando com o Governo, que apenas pagaram a sala, tudo o que se passou depois na sala tem a ver com outros.

Bem, isto representa, efectivamente, uma versão muito simplificada de todo este percurso e estranhámos que, tendo a Intel apresentado o *Classmate* e penso que também tenha feito força, porque lhe interessava, para que o processo fosse desenvolvido cá, em Portugal, a JP Sá Couto não exista como *pivot* entre a Intel e o Governo e isso apenas aconteça como se fosse de forma autónoma.

Por isso, faço-lhe uma única pergunta: na conversa que tiveram com o Dr. Paulo Campos no início de Julho já lhe apresentaram o *Magalhães* com o nome *Magalhães*? É que a indicação que temos é que a marca só ficou registada no final de Julho, sendo que, foi-nos dito pelas operadoras e é o processo normal que com certeza será confirmado pela Intel, os memorandos, os protocolos, os acordos assinados no dia 30 de Julho foram preparados com antecedência. Nesse sentido, pergunto: o *Magalhães* foi apresentado enquanto *Magalhães* ao Dr. Paulo Campos no início de Junho ou foi um programa de criação de um ODM português apenas sem se falar no nome *Magalhães*?

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Jorge Couto.

O Sr. **Jorge Couto**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, relativamente a esta questão, penso que não foi apresentado o nome *Magalhães* nesta altura. Como disse, não estive presente, mas penso que não terá sido apresentado.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Então, é uma enorme coincidência que, no memorando entre o Governo e a Intel, apesar de eles

não terem conhecimento do nome *Magalhães*, já apareça a iniciativa Magalhães?

O Sr. **Jorge Couto**: — Não é no mesmo dia, porque estávamos a falar da nossa reunião com o Paulo Campos.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sim, que foi no início de Julho e a preparação do memorando de entendimento entre e Intel e o Governo não foi feita, obviamente, no dia 30 de Julho. Dia 30 de Julho foi levado para assinar. Terá de ter sido preparado nos 15 dias anteriores, eventualmente.

A minha pergunta é: tendo vocês feito, no final de Julho, a criação da marca registada *Magalhães*,...

O Sr. **Jorge Couto**: — Penso que registámos a 17 de Julho.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Ah, foi em meados de Julho. Assim, já é um pouco diferente da informação que tínhamos.

O Sr. **Jorge Couto**: — Mas tenho o registo da marca aqui: foi em 18 de Julho.

O Sr. **Presidente**: — Foi a 18 de Julho.

O Sr. **Jorge Couto**: — É também um documento que posso deixar à Comissão.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado. Vai ser distribuído aos Srs. Deputados. Está esclarecido.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Jorge Couto, disse, há pouco, que o *Classmate* tinha um disco com 30 GB ou que não tinha e era preciso colocar esse disco? Dou-lhe o meu tempo para poder esclarecer essa dúvida.

O Sr. **Jorge Couto**: — Eu disse, na altura, que quando conheci, nos primórdios, o *Classmate* nem sequer tinha disco nenhum.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Então, foi por acção da JP Sá Couto e do projecto de adaptação que fizeram para o *Intel Classmate*, adaptando esse projecto, que algumas características do *Magalhães* resultaram dessa opção de melhorar e adaptar o *Intel Classmate*?

O Sr. **Jorge Couto**: — Correcto.

Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Nesse caso, Sr. Jorge Couto, as características que são enviadas às operadoras para o portátil ultraleve do e.escolinha nem sequer correspondem ao *Intel Classmate*. Correspondem ao *Intel Classmate* adaptado pela JP Sá Couto, porque está aqui o disco de 30 GB e outras especificações que são exigidas para o pequeno portátil do e.escolinha. Nesse caso, nem a *Intel Classmate*, por via de outro importador ou outro OEM, como se está aqui a dizer, outro montador de computadores, poderia, na altura, oferecer para entrega imediata, conforme estava colocado pelo Governo às operadoras.

Nesse aspecto, há aqui uma informação importante que tem a ver não com a correspondência das especificações requeridas pelo Governo junto das operadoras para o e.escolinha, não junto da Intel, mas, sim, junto da JP Sá Couto, que o papel químico não é com a *Intel Classmate*, é ainda por

cima com alguns aspectos que dificilmente se conseguiriam encontrar de outra forma.

Aquilo que me parece que ainda vale a pena clarificar tem a ver com o projecto baptizado de *Magalhães*, que é comunicado e apresentado publicamente no Pavilhão Atlântico no dia 30 de Julho de 2008, sendo que, dias antes dessa iniciativa, há várias notícias nos jornais que até abrem caminho a essa sessão pública e dão conta que uma nova unidade de computadores será instalada em Matosinhos para produzir um computador de baixo custo baptizado *Magalhães*, que teria a distribuição nas escolas, supostamente, para 500 000 estudantes. O que pergunto é se os senhores também souberam disto pelos jornais.

Dias antes, como estava anunciado, houve declarações públicas à imprensa da parte do Prof. Carlos Zorrinho (que, pelos vistos, nunca chegou a ter encontros convosco), que, em nome do Governo, anunciou o lançamento do computador *Magalhães*, que teria distribuição nas escolas, num esquema de subsidiação pública apoiado pelo Governo e integrado nas iniciativas, que é o grande «chapéu» que depois se traduz nesses contratos com as operadoras. Gostaria que nos pudesse esclarecer esta matéria.

Como dizia alguém que conheço, realmente «há coincidências que coincidem». É que, enquanto tudo isto ia sendo negociado ao mais alto nível entre do Governo português e a Intel, para se definir um montador local para simplificar os OEM e os ODM — isto é, um agente em Portugal que faria a montagem e distribuição deste computador —, estava já a ser feita a negociação entre a JP Sá Couto e a Intel, traduzida em notícias vindas a público na imprensa dias antes dessa sessão pública de apresentação.

Portanto, há, de facto, «coincidências que coincidem» e que, relativamente a esse enquadramento prévio para a apresentação do

computador *Magalhães* tal e qual como foi publicamente apresentado nessa fase, importa clarificar.

Termino, Sr. Presidente, com uma referência. Disse, de forma muito clara — e eu registo que não quis fazer discriminação entre a ressalva que me foi colocada e aquela que foi colocada junto do Sr. Deputado Ramos Preto, mas há um aspecto que, penso, interessa a todos. É que a informação que foi dada (e ela tem importância) sobre a criação de emprego é reportada, nos dados do Sr. Jorge Couto, ao momento do pico de produção do computador *Magalhães*.

Ora, no momento actual, a situação será diferente e, portanto, ou ficamos com a informação actual ou será menos útil ficarmos com uma informação que já é, por natureza, desactualizada.

É por isso que, não querendo estar a colocar questões que foram já colocadas e outras preocupações profundas que temos em relação a esta matéria, penso que seria útil se, pelo menos a esta questão concreta, fosse clarificada.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos passar à última intervenção, após o que iremos votar o requerimento apresentado pelo PCP relativo à matéria da Microsoft, o que, julgo, se fará em 10 segundos.

Tem a palavra o Sr. Jorge Couto.

O Sr. **Jorge Couto**: — Sr. Presidente, relativamente ao que referiu, é verdade que fizemos a adaptação, mas também é verdade que eu disse que qualquer adaptação que fizéssemos seria da Intel e *Classmate*, o que significa que, quando fizéssemos essa adaptação, ficaria a ser também da Intel, e todos os *Classmate* puderam utilizar exactamente a mesma coisa.

No que se refere à ligação com a Intel, não sei se essa pergunta que me quis fazer especificamente...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Tem a ver exactamente com a negociação que já vinha sendo feita e que foi divulgada à imprensa vários dias antes de ser comunicado o que mais tarde seria o acordo entre o Governo e a Intel. Ou seja, encaminhava-se tudo, realmente, para o mesmo efeito e para o mesmo resultado.

O Sr. **Jorge Couto**: — Relativamente às negociações que a Intel possa ter ou não tido com o Governo, sou alheio a isso. O que digo é que o nosso contrato, onde está a licença, só foi conseguido em Dezembro precisamente porque não tínhamos mostrado nada até aí.

A Intel não dá contratos só porque alguém diz: «Olha, disseram-me para te dar este contrato a ti. Pega lá este contrato». Não. A atitude é mais do género: «Mostra o que vales e depois podes ter o contrato».

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Não sei se o senhor já disse há pouco, mas eu não percebi em que momento é que foram encetadas as negociações que resultam nesse acordo de Dezembro. Quando é que começam a preparar esse acordo em concreto para o licenciamento?

O Sr. **Jorge Couto**: — A Intel faz questão de que tenhamos um contrato a partir do momento em que temos algum volume de negócios. A Intel fez questão disso e, aliás, foi uma questão da Intel.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Estou a referir-me a momentos, ou seja, há um ponto de chegada em termos de momento, que é Dezembro de 2008, altura em que se assina o acordo de licenciamento, sendo que o ponto de partida há-de ter sido nalgum momento em que se começou a trabalhar e em que se disse: «Vamos construir aqui».

O Sr. **Jorge Couto**: — Podem verificar esse contrato. Penso que, embora diga 31 de Dezembro, foi legalmente aceite depois. O contrato data realmente de 31 de Dezembro, mas penso que o *ok* que a Intel colocou foi posterior, porque o documento ainda tinha de passar pelo *legal* deles. Seja como for, deve ter um carimbo.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Peço desculpa. Não me fiz entender. Perguntei quando foi que começaram as conversações conducentes ao contrato.

O Sr. **Jorge Couto**: — Foi ou no final de 2008 ou no início de 2009, quando a Intel disse que, para aquilo que estávamos a fazer na altura, já necessitávamos de ter um contrato.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Mas isso significaria que começaram a conversar sobre isto já depois de o assinar, porque a data que aqui está é a de 31 de Dezembro de 2008. Mas começaram as conversações depois disto?

O Sr. **Jorge Couto**: — Não. Foi no final de 2008. Foi isso que eu disse. Se a data é de 31 de Dezembro, foi no final de 2008.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — O contrato é assinado em Outubro de 2009, mas reporta a 31 de Dezembro de 2008.

O Sr. **Jorge Couto**: — Não sei se não foi assinado depois como reportando a essa data. Mas têm aí o contrato, por isso podem verificar.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Bruno Dias, estão respondidas as questões?

O Sr. **Jorge Couto**: — Mas esta questão é importante, porque, realmente, o contrato foi assinado em 2009, reportando-se a 2008, o que significa que nós, realmente, não tivemos um contrato durante um longo período de tempo e qualquer um podia ter esse contrato. A Intel não pode dar um contrato a uma empresa e não dar a outra.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Mas vocês aí já tinham produzido, porque, segundo o que nos disse, a produção massiva de *Magalhães* tinha começado em Outubro ou Novembro de 2008, data anterior ao encetar do diálogo com a Intel e anterior à assinatura do contrato, mesmo dando o desconto do facto de o contrato remeter para 31 de Dezembro de 2008.

Por isso, vocês já estavam a produzir, já estavam a vender *Magalhães*, mesmo sem terem contratualizado essa posição com a Intel.

O Sr. **Jorge Couto**: — Certo.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, faltou só clarificar aquela questão sobre a notícia pública dada em meados de Julho do arranque de uma fábrica que produziria *Magalhães*, que seriam distribuídos com um universo de 500 000 estudantes nas escolas básicas.

O Sr. **Presidente**: — A pergunta era se a JP Sá Couto também tinha sabido pelos jornais. Era isso?

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Exactamente!

O Sr. **Jorge Couto**: — A notícia não é nossa, por isso,...

O Sr. **Presidente**: — ... não é verdadeira, segundo a declaração de há pouco.

*Risos.*

O Sr. **Jorge Couto**: — Eu não sei se é verdadeira ou não. Sei que a notícia não é de fonte nossa. Há tantas pessoas a produzir notícias. Há tantas pessoas a dar informação. Mas não foi de fonte nossa.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Só muito rapidamente, Sr. Presidente. A notícia não é de fonte vossa. Isso está esclarecido. O problema é que isto corresponde ao que depois veio a acontecer, portanto, se não é de fonte vossa, alguém disse aos jornais o que veio a acontecer, que supostamente só os senhores saberiam. O que pergunto é: quem mais sabia disto?

O Sr. **Jorge Couto**: — Muito provavelmente podia saber a Intel, podiam saber os intervenientes. Não é? Podia saber o Ministério das Obras Públicas. Não sei.

Só estou a dizer que a notícia não foi nossa e, como vêm, muito poucas vezes publicámos alguma coisa ou demos alguma entrevista. É raro fazermos isso.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — No dia 30 de Julho de 2008, aquela indicação de previsão de venda de 500 000 computadores *Magalhães* em Portugal também não é uma notícia vossa?

O Sr. **Jorge Couto**: — No dia?

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — No dia 30 de Julho de 2008, dia em que o *Magalhães* foi apresentado ao mundo, houve uma notícia de previsão de venda.

O Sr. **Jorge Couto**: — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras iniciais do orador)* ... qual é a notícia, claramente. Não é?

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Então coloco a questão ao contrário. A informação de previsão de venda de 500 000 computadores em Portugal é vossa?

O Sr. **Jorge Couto**: — Não, a informação não foi nossa!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Então, esclarecida agora a data da assinatura do contrato com a Intel, a minha pergunta é: nesse intervalo trabalharam com base apenas e só no memorando de entendimento do Ministério das Obras Públicas? Trabalharam por vossa conta e risco?

As operadoras, por exemplo, trabalharam por conta de contrapartidas. A minha pergunta é como é que a JP Sá Couto produziu os computadores *Magalhães* que foram distribuídos, se não tinha contrato ainda com a Intel. Foi com base em quê?

O Sr. **Jorge Couto**: — Como já referi, a Intel fornece, através da SES, plataformas a qualquer bloco OEM. O nosso caso foi diferente porque estávamos num processo de marcação para ODM e com algum volume, e

convinha estar contratualizado. Mas há inúmeras que não têm contrato nenhum e que vendem *Classmate*.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Jorge Couto, pelos esclarecimentos que quis trazer à Comissão.

Como referi há pouco, antes de terminar a reunião, vamos votar o requerimento, apresentado ontem pelo PCP e já distribuído, relativo à facturação e volume de negócios da Microsoft resultante do licenciamento de *software* no âmbito do Programa e.escola e ao peso relativo do Programa e.escola no referido volume de negócios da Microsoft.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PS e do PSD e votos a favor do CDS-PP, do BE e do PCP.*

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Sr. Presidente, do nosso ponto de vista, esta matéria não se enquadra no âmbito desta Comissão. Por isso votámos contra.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Gonelha.

O Sr. **Luís Gonelha** (PS): — Sr. Presidente, o PS votou contra pelas mesmas razões.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, na resolução que constituiu esta Comissão de Inquérito, que foi aprovada pela Assembleia, coloca-se de uma forma muito concreta a questão da forma como as contrapartidas foram cumpridas especificamente no Programa e.escola e e.escolinha e sobre a forma como os processos de especificação, negociação e decisão que conduziram aos licenciamentos de software para as várias iniciativas coordenadas pela Fundação à opção para o programa.

Neste caso, consideramos que o impacto resultante da decisão de incorporar tal ou tal marca de *software* ou sistema operativo teria grandes implicações no mercado nacional e teria grandes resultados e influência relativamente à condução dos programas e.escola e escolinha.

Para que fique em acta, registamos com grande estranheza a preocupação do PS e do PSD em não permitir que a informação sobre o papel do e.escola e do e.escolinha sobre a contratação e licenciamento de software de uma determinada marca seja conhecida e tida em conta nos trabalhos da Comissão de Inquérito.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Sr. Presidente, o Sr. Deputado Bruno Dias fez uma...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Jorge Costa, o Sr. Deputado Bruno Dias fez a intervenção que fez. Sendo que este requerimento,...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Fez um processo de intenções relativamente à nossa posição.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, este requerimento, mesmo chumbado, consta dos autos. Os termos do requerimento estão nos autos, que, aliás, tive oportunidade de ler.

Este requerimento fala, no primeiro ponto, na facturação e volume de negócios da Microsoft resultante do licenciamento de *software* no âmbito do Programa e.escola e, no segundo ponto, no peso relativo do Programa e.escola no referido volume de negócios da Microsoft, medido pela relação entre o total de licenças de *software* para consumidores (isto é, excluindo o mercado empresarial) e o número de computadores licenciados por via do Programa e.escola.

É este o conteúdo útil do requerimento do PCP, que os senhores rejeitaram.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Só que o PCP fez um processo de intenções relativamente a nós não queremos deixar e eu só queria dizer que a facturação em volume de negócios, do nosso ponto de vista, não faz parte desta Comissão. *Tout court*.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, o requerimento está nos autos.

As palavras do Sr. Deputado Bruno Dias também ficaram registadas na acta. Cada um tirará as suas conclusões.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, não vamos continuar.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Eu tenho só uma dúvida sobre a forma como organizamos os trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, à medida que esta Comissão se aproxima do fim, temos vindo a readquirir maus hábitos que não tivemos ao longo do tempo nesta Comissão, o que me deixa triste.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, de uma forma muito simples e muito concreta, gostaria de colocar esta questão. Penso que ouvi o Sr. Eng.º Nuno Duarte, da Microsoft, manifestar a disponibilidade para facultar esta informação à Comissão de Inquérito com uma simples solicitação que a Comissão lhe dirigisse. Naturalmente que o que resulta desta situação é que há essa abertura e essa disponibilidade da Microsoft, mas que não será exercida, digamos assim, pela Comissão de Inquérito.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, ouvimos isso, mas não como compromisso do Sr. Eng.º Nuno Duarte, tanto quanto me recordo, porque reportou para a actual directora geral da Microsoft.

Mas estou certo de que o Sr. Deputado Bruno Dias terá o talento para reformular este requerimento, apresentando-o conforme o objecto da Comissão, que será colocado à consideração de todos, se for esse o entendimento do Sr. Deputado.

Posto isto, Srs. Deputados, está encerrada a reunião.

*Eram 14 horas e 6 minutos.*